



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

JÉSSICA RAFAELA CORRÊA PAIVA

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE ACERVOS E DESENVOLVIMENTO DE  
COLEÇÕES: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA PRODUÇÃO EDITORIAL NEGRA

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Greyciane de Souza Lins

Brasília - DF

2023

JÉSSICA RAFAELA CORRÊA PAIVA

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE ACERVOS E DESENVOLVIMENTO DE  
COLEÇÕES: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA PRODUÇÃO EDITORIAL NEGRA

Monografia apresentada como parte  
das exigências para obtenção do  
título de Bacharel em  
Biblioteconomia pela Faculdade de  
Ciência da Informação da  
Universidade de Brasília.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Greyciane de Souza Lins

Brasília - DF

2023

PP149p Paiva, Jéssica  
Política de formação de acervos e desenvolvimento de  
coleções: uma discussão a partir da produção editorial negra  
/ Jéssica Paiva; orientador Greyciane Lins. -- Brasília,  
2023.  
72 p.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) -- Universidade  
de Brasília, 2023.

1. Decolonialismo. 2. Ciência da Informação. 3. Formação  
de acervo e desenvolvimento de coleções. 4. Literatura  
negra. 5. Biblioteca pública. I. Lins, Greyciane , orient.  
II. Título.

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Título:** Política de formação de acervos e desenvolvimento de coleções: uma discussão a partir da produção editorial negra

**Autor(a):** Jessica Rafaela Corrêa Paiva

Monografia apresentada em **29 de Novembro de 2023** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Greyciane Souza Lins

Membro Interno (FCI/UnB): Dr. Albert Sant'ana Costa da Silva

Membro Externo (Câmara dos Deputados): Dr. Antônio Teixeira de Barros

---

Documento assinado eletronicamente por **Greyciane Souza**



**Lins, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 04/12/2023, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

---

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Teixeira**



**de Barros, Usuário Externo**, em 04/12/2023, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

---

Documento assinado eletronicamente por **Alberth**



**Sant'Ana Costa da Silva, Usuário Externo**, em 04/12/2023, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10641040** e o código CRC **BE3D3C27**.

Dedico este trabalho aos meus pais, Cristina e Val, que mesmo não tendo grandes oportunidades na área da educação, me proporcionaram todas as oportunidades possíveis para chegar até este grande momento.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus por me permitir chegar até a etapa final da graduação e por ter me iluminado em todo o percurso.

Agradeço à minha família por me apoiar e me incentivar a estudar e a batalhar pelos meus objetivos, assim como pelos princípios e valores que me foram transmitidos e o modelo de vida que me apresentaram.

Ao meu marido Diego Paiva, por ter sido um grande companheiro, por ter acreditado em mim, quando nem eu acreditava e por toda ajuda que me proporcionou durante todo este percurso.

Um agradecimento especial para à professora Dr<sup>a</sup> Greyciane Souza que me orientou durante o processo de elaboração deste trabalho de forma paciente e empenhada.

Agradeço à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Terezinha Elisabeth da Silva e ao Professor Dr<sup>o</sup> Antonio Teixeira de Barros, pelas orientações extras, pela paciência e tempo dedicados, sem eles o trabalho não teria sido possível.

À todas as pessoas que de alguma forma possibilitaram que eu alcançasse meus objetivos e sonhos, que me ajudaram a chegar até este momento.

“A nossa maior glória não reside no fato de nunca cairmos, mas sim em levantarmo-nos sempre depois de cada queda.”

*Oliver Goldsmith*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a formação de acervos e coleções na temática africana e afro-brasileiro, considerando a diversidade cultural e étnica do Brasil. Tendo como objetivos específicos conhecer o aporte teórico decolonial para a área de Ciência da Informação, caracterizar o mercado editorial na produção e na publicação de materiais africanos e afro-brasileiros, e analisar coleções e acervos especializados em temática africana e afro-brasileira na Biblioteca Nacional de Brasília e na Fundação Cultural Palmares. Assim, busca demonstrar a importância de se discutir e analisar as políticas de formação e desenvolvimento de acervos em bibliotecas públicas, tendo como foco a inclusão e a valorização de autores negros em suas coleções. A partir de uma pesquisa de caráter descritivo, com base em fontes primárias e secundárias e abordagem qualiquantitativa dos dados, o texto demonstra que as bibliotecas especializadas no tema e as coleções especiais existentes auxiliam, de certa maneira, na preservação e na difusão da história e da memória dos povos de origem africana. Entende-se, portanto, que este trabalho se configura como uma primeira etapa que expõe a fragilidade e a carência relacionada à formação de acervos e coleções negras e a possibilidade de novos estudos que mostrem o avanço da construção de um acervo mais diversificado e democrático.

**Palavras-chaves:** decolonialismo; Ciência da Informação; formação de acervo e desenvolvimento de coleções; literatura negra; biblioteca pública.

## ABSTRACT

The general objective of this work is to analyze the formation of collections and collections on African and Afro-Brazilian themes, considering the cultural and ethnic diversity of Brazil. With specific objectives to understand the decolonial theoretical contribution to the area of Information Science, characterize the editorial market in the production and publication of African and Afro-Brazilian materials, as well as analyze collections and collections specialized in African and Afro-Brazilian themes at the National Library of Brasília and the Palmares Cultural Foundation. Thus, it seeks to demonstrate the importance of discussing and analyzing policies for the formation and development of collections in public libraries, focusing on the inclusion and appreciation of black authors in their collections. Based on descriptive research, based on primary and secondary sources and a qualitative-quantitative approach to the data, the text demonstrates that libraries specializing in the subject and existing special collections help, in a certain way, in the preservation and dissemination of history and memory of people of African origin. It is understood, therefore, that this work is configured as a first stage that exposes the fragility and lack related to the formation of black collections and collections and the possibility of new studies that show progress in the construction of a more diverse and democratic collection.

**Keywords:** decolonialismo; Information Science; collection formation and collection development; black literature; public library.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Jornal O Mulato ou O Homem de Cor .....	38
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AACR2</b>	Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição
<b>ABI</b>	Associação Brasileira de Imprensa
<b>ABPN</b>	Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as
<b>ALA</b>	American Library Association
<b>BNB</b>	Biblioteca Nacional de Brasília
<b>CEAA</b>	Centro de Estudos Afro-Asiáticos
<b>CEAO</b>	Centro de Estudos Afro-Orientais
<b>CI</b>	Ciência da Informação
<b>CMD</b>	Colonialidade/Modernidade/Decolonialidade
<b>CNIRC</b>	Centro de Informação e Referência da Cultura Negra
<b>FCP</b>	Fundação Cultural Palmares
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>IUPERJ</b>	Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro
<b>MinC</b>	Ministério da Cultura
<b>NEAB</b>	Núcleos de Estudos Afro-brasileiros
<b>ONG</b>	Organizações Não Governamentais
<b>SECEC</b>	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa
<b>UCAM</b>	Universidade Candido Mendes
<b>UDESC</b>	Universidade do Estado de Santa Catarina
<b>UFB</b>	Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1</b>	<b>Problema e justificativa .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos .....</b>	<b>18</b>
1.2.1	Objetivo Geral .....	18
1.2.2	Objetivos específicos .....	18
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>Aspectos históricos do Decolonialismo na Ciência da Informação ....</b>	<b>19</b>
2.1.1	Decolonialismo .....	20
2.1.2	Decolonialismo no âmbito da Ciência da Informação e Biblioteconomia	24
<b>2.2</b>	<b>Bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira .....</b>	<b>29</b>
<b>2.3</b>	<b>Mercado Editorial Decolonial .....</b>	<b>34</b>
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DAS COLEÇÕES E ACERVOS ESPECIALIZADOS EM TEMÁTICA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: APLICAÇÃO METODOLÓGICA .....</b>	<b>50</b>
<b>3.1</b>	<b>Estudo de Caso do Selo/Coleção Maria Firmina dos Reis da Biblioteca Nacional de Brasília.....</b>	<b>51</b>
3.1.1	Entrevista.....	52
3.1.2	Análise e Discussões.....	57
<b>3.2</b>	<b>Estudo de Caso da Biblioteca Oliveira Silveira da Fundação Cultural Palmares.....</b>	<b>58</b>
3.2.1	Análise Documental.....	59
3.2.2	Análise e Discussões.....	62
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>65</b>

<b>ANEXO I.....</b>	<b>71</b>
---------------------	-----------

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as diretrizes e os critérios que orientam a formação e o desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas, considerando a diversidade cultural e étnica do Brasil. Para isso, busca-se revisar a literatura sobre o tema, destacando os principais trabalhos já publicados, bem como identificar as lacunas e os desafios existentes.

A formação e o desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas são processos que envolvem a seleção, a aquisição, o tratamento, a gestão e o descarte de materiais informacionais, visando atender às necessidades dos usuários e aos objetivos da instituição. Esses processos devem ser orientados por uma política de desenvolvimento de coleções, que é um documento que estabelece os princípios, as responsabilidades e os critérios para a formação e o desenvolvimento do acervo (IFSC, 2016).

Uma política de desenvolvimento de coleções deve levar em conta diversos aspectos, tais como: o perfil e as demandas dos usuários, a missão e os objetivos da instituição, o orçamento disponível, os recursos humanos e físicos envolvidos, os padrões técnicos e normativos adotados, as fontes de informação disponíveis, entre outros. Além disso, uma política de desenvolvimento de coleções deve considerar a diversidade cultural e étnica da sociedade, buscando oferecer um acervo plural e representativo das diferentes expressões culturais e identitárias dos grupos sociais (FCP, 2021).

Nesse sentido, um dos aspectos que merece atenção é a presença de autores africanos e afro-brasileiros no acervo das bibliotecas públicas. O Brasil é um país marcado pela diversidade étnica e pela influência da cultura africana em diversos âmbitos da sociedade. No entanto, essa diversidade nem sempre é refletida no acervo das bibliotecas públicas, que muitas vezes apresentam uma predominância de autores brancos e europeus, reproduzindo uma visão eurocêntrica e excludente da cultura (IFCE, 2019).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (s.d.), em 2015 o analfabetismo total no Brasil era de 8%, sendo 4,9% entre brancos e 10,6% entre pretos. Já a média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais indicava, para aquele mesmo ano, 9 anos de escolaridade para a população branca e 7,4 para a população negra. Portanto, direcionar a atenção para a população negra em pesquisas não implica adotar uma abordagem essencialista que busque atribuir características intrínsecas a esse grupo, pelo contrário, essa abordagem alinha-se ao objetivo de aprofundar a compreensão da notável exclusão educacional enfrentada

pelos negros no Brasil. Essa exclusão é vista como resultado de diversos e persistentes processos históricos de marginalização social e educacional, influenciados pelo racismo estrutural (Gil; Antunes, 2021).

A predominância de autores brancos e europeus nos acervos das bibliotecas públicas é um reflexo do racismo estrutural que ainda permeia a sociedade brasileira, essa situação limita o acesso da população negra à cultura e à informação, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais.

É importante ressaltar que a literatura, como qualquer outra forma de arte, é um reflexo da sociedade, a predominância de autores brancos e masculinos na literatura não apenas reflete a estrutura social historicamente desigual, mas também perpetua essa desigualdade ao limitar as perspectivas e vozes que são ouvidas e valorizadas. A inclusão de autores de diferentes origens étnicas e sociais no acervo é crucial para garantir uma representação mais precisa e diversificada.

A ausência ou a baixa representatividade de autores afro-brasileiros no acervo das bibliotecas públicas pode ter diversas implicações negativas, tais como: a invisibilização da contribuição dos africanos e afro-brasileiros para a cultura nacional, a desvalorização da identidade e da autoestima dos usuários negros, a reprodução de estereótipos e preconceitos raciais, a dificuldade de acesso à informação sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, entre outras. Por isso, é importante que as bibliotecas públicas busquem incorporar ao seu acervo obras de autores negros, tanto na literatura quanto nas demais áreas do conhecimento, promovendo assim uma maior diversidade e inclusão cultural (IFCE, 2019).

Diante do exposto, esta monografia se propõe a discutir a política de formação de acervos e desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas, tendo como foco a ausência de um número representativo de autores negros. Para isso, serão utilizadas como fontes de informação as obras já publicadas sobre o tema, bem como dados sobre bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira. Espera-se com este trabalho contribuir para o debate sobre a importância da diversidade cultural e étnica na formação e no desenvolvimento de coleções em bibliotecas, especialmente as públicas.

## **1.1 Problema e justificativa**

As bibliotecas públicas têm como missão promover o acesso à informação, à cultura e à educação para todos os cidadãos, respeitando a diversidade e a pluralidade de vozes presentes na sociedade. Nesse sentido, pode-se inferir que a formação e o desenvolvimento de seus

acervos precisa refletir os interesses, as necessidades e as demandas de seus usuários, bem como os valores e os princípios da instituição que as mantém.

No entanto, observa-se que muitas bibliotecas públicas brasileiras apresentam lacunas e deficiências em seus acervos, especialmente no que se refere à representatividade de autores negros, que são parte integrante da história, da cultura e da identidade nacional. Essa ausência pode ser atribuída a diversos fatores, como a falta de uma política de formação e desenvolvimento de acervos clara e efetiva, a escassez de recursos financeiros e humanos, a dificuldade de acesso e de divulgação das obras desses autores, o preconceito e a discriminação racial ainda presentes na sociedade e no mercado editorial, entre outros.

Compreende-se que essa situação se configura como um problema que precisa ser enfrentado pelas bibliotecas públicas, pois pode comprometer o seu papel social, educativo, e violar o direito à informação e à leitura de uma parcela significativa da população.

A justificativa para a realização deste trabalho reside na importância de se discutir e analisar as políticas de formação e desenvolvimento de acervos em bibliotecas públicas, tendo como foco a inclusão e a valorização de autores negros em suas coleções. Pretende-se, com isso, contribuir para o avanço do conhecimento teórico e prático sobre o tema, fomentar debates em torno de proposição de diretrizes e critérios que orientem os profissionais da informação processo de seleção, aquisição, avaliação e no descarte dos materiais que compõem os acervos das bibliotecas. Além disso, espera-se que este trabalho possa sensibilizar os gestores públicos, os bibliotecários e os usuários sobre a relevância de se garantir a diversidade e a representatividade dos autores negros nas bibliotecas públicas, como forma de reconhecer e valorizar a sua contribuição para a cultura brasileira, tal qual promover o respeito, o diálogo e a convivência entre os diferentes grupos étnico-raciais que compõem a sociedade.

## 1.2. Objetivos

### 1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar a formação de acervos e coleções na temática africana e afro-brasileiro.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar o aporte teórico decolonial para a área de Ciência da Informação;
- Caracterizar o mercado editorial na produção e publicação de materiais africanos e afro-brasileiros;
- Analisar coleções e acervos especializados em temática africana e afro-brasileira na Biblioteca Nacional de Brasília e na Fundação Cultural Palmares.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

O presente tópico trata-se do referencial teórico sobre os conceitos, estudos e teorias que formam o Decolonialismo no âmbito da Ciência da Informação, abordando a análise e formação de acervos e coleções na temática africana e afro-brasileiro, assim como, o mercado editorial decolonial. O referencial teórico destaca as principais questões estudadas nas áreas referidas por meio de levantamento de livros, pesquisas e artigos de periódicos. A seleção da literatura foi realizada a partir de busca manual nas seguintes bases: BRAPCI, Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos da UFMG, garantindo uma abordagem abrangente e atualizada para embasar este estudo.

### **2.1 Aspectos históricos do Decolonialismo na Ciência da Informação**

O decolonialismo na Ciência da Informação (CI) é um campo de estudo e de prática que busca aplicar os princípios do decolonialismo à CI. Objetivando construir uma CI mais justa, inclusiva e democrática, que reconheça a existência de outros saberes e epistemologias, e que garanta o acesso à informação para todos, independentemente de sua classe, raça, gênero ou origem.

O campo da Ciência da Informação, tem sido historicamente moldada por uma tradição epistemológica eurocêntrica, que reflete os valores, as perspectivas e as hierarquias de poder inerentes ao contexto colonial. A influência do colonialismo nas práticas e sistemas de informação se estende por séculos, e suas implicações continuam a ser manifestas na organização, acesso e disseminação de conhecimento.

Segundo Quijano (2007), a colonialidade é um sistema de poder que se originou na Europa e que se baseia na classificação social das pessoas em raças. Essa classificação foi usada para organizar identidades, políticas e a divisão do trabalho, e continua a ser usada para justificar a dominação de grupos marginalizados.

O movimento acadêmico e social conhecido como "Decolonialismo na Ciência da Informação" emerge como uma resposta crítica a essa herança colonial, buscando dismantlar e transformar as estruturas que perpetuam a marginalização, a exclusão e a desigualdade de conhecimento.

Este movimento se desenvolve em um contexto global que reconhece a importância de se reexaminar as práticas e os sistemas de informação à luz das tensões históricas e contemporâneas associadas ao colonialismo. Compreender a influência do colonialismo na Ciência da Informação implica uma análise crítica das relações de poder,

das hierarquias de conhecimento e da imposição cultural que historicamente caracterizaram as práticas de aquisição, organização, preservação e disseminação de informações.

Para contextualizar o decolonialismo na Ciência da Informação, é imperativo considerar a interseção entre os estudos coloniais, pós-coloniais, a teoria crítica da informação e as práticas de descolonização. Esta análise permitirá uma compreensão mais aprofundada das implicações históricas e contemporâneas do colonialismo na Ciência da Informação, bem como das estratégias propostas para desafiar e reconfigurar essas estruturas de poder e conhecimento.

### 2.1.1 Decolonialismo

O decolonialismo é um "movimento intelectual e político que busca desconstruir as estruturas de poder colonial que ainda persistem na sociedade contemporânea" (Santos, 2010, p. 15). O movimento propõe uma ruptura com os paradigmas eurocêntricos e hegemônicos que moldaram as ciências sociais, as humanidades e as artes, e defende uma valorização das epistemologias, das culturas e das identidades dos povos colonizados e subalternizados.

Nas perspectivas decoloniais, encaixam-se os conhecimentos africanos e afrodiaspóricos, evidenciados pela diáspora forçada da escravização sofrida pelos negros e seus dependentes, que criaram, a partir disso, uma nova cultura (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018).

Fundamental para um projeto decolonial é o seu diálogo com intelectuais negros (e outros sujeitos coloniais) e seu engajamento na prática da descolonização. Do contrário, a decolonialidade, enquanto projeto acadêmico, irônica e paradoxalmente, poderia se tornar um modismo e uma nova prática de colonialidade e fechamento do pensamento e da ação. É preciso ter um pé no ativismo para não cair na armadilha da sedução conceitual. (Tavares *et al.*, 2021, p. 5-6).

Mignolo (2005, p. 13) afirma que "a ideia central do decolonialismo é que a colonização não foi apenas um evento histórico que terminou no século XX, mas um processo contínuo que molda a forma como o mundo é organizado".

Para entendermos o decolonialismo, precisamos regressar e compreender o colonialismo, o pós-colonialismo e então o decolonialismo, o cenário histórico em que essa prática se desenvolveu.

O período colonial (séculos XVI-XIX) foi marcado pela conquista e colonização de terras e povos não europeus por potências europeias. De acordo com Quijano (2005), o período colonial foi um período de expansão imperial europeia. Potências europeias, como Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda, conquistaram e colonizaram terras e povos não europeus em todo o mundo. A colonização foi um processo violento e destrutivo que resultou na morte de milhões de pessoas e na destruição de culturas e civilizações.

A colonialidade promoveu a crença de que o que provém dos colonizadores (europeus), é considerado superior e mais refinado em comparação com a história e a cultura dos povos colonizados. Além disso, envolve a imposição da perspectiva europeia sobre a narrativa histórica dos colonizados, especialmente na América Latina e na África. Isso cria uma dinâmica de desigualdade cultural e histórica.

O pós-colonial (séculos XX-XXI) é marcado pela independência dos países colonizados. No entanto, a independência política não significou a eliminação das estruturas de poder colonial. O colonialismo deixou um legado de desigualdade, pobreza e exclusão que persiste até hoje.

Fanon (2005) afirma que os países pós-coloniais geralmente enfrentam desafios econômicos, políticos e sociais. Esses desafios são resultado da exploração colonial e da falta de desenvolvimento. Os países pós-coloniais também enfrentam o desafio de lidar com as estruturas de poder colonial que ainda persistem na sociedade atual.

No período decolonial (século XXI) surge o decolonialismo como um movimento intelectual, político e interdisciplinar, tendo os primeiros estudos críticos sobre a colonialidade, escritos por Albert Memmi, através de sua obra "Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador" de 1947, Aimé Cesáire, autor do livro "Discursos sobre o colonialismo" de 1950, Franz Fanon, cuja contribuição se manifesta em "Os condenados da terra" de 1968, e Edward Said, autor da obra "Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente" publicada em 1978, como indicado por Aguiar (2016). Além disso, durante a década de 1970, sob a liderança do historiador indiano Ranajit Guha, foi estabelecido o Grupo de Estudos Subalternos, cuja influência se destacou nos meios acadêmicos dos Estados Unidos e da Inglaterra (Aguiar, 2016).

Os Estudos Subalternos tinham inicialmente a intenção de examinar a historiografia da Índia produzida por europeus ocidentais, bem como a historiografia eurocêntrica elaborada por indianos. Nesse contexto, nos Estados Unidos, o grupo de estudos denominado Culturas Estrangeiras foi estabelecido, focando em perspectivas pós-

coloniais. A partir das discussões promovidas por esse grupo, tornou-se evidente a necessidade de reexaminar e repolitizar a teoria, considerando as particularidades da América Latina, como mencionado por Aguiar (2016).

A perspectiva latino-americana dos estudos pós-coloniais ganha proeminência quando John Beverly, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, entre outros intelectuais, estabelecem, na década de 1990, o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, nos Estados Unidos. Um dos marcos desse movimento foi a publicação do Manifesto Inaugural, no qual se propõe o desafio de "explorar novas abordagens para o pensamento e a ação política". Eles endossam um movimento contemporâneo em que "diversos intelectuais da região" estão revisando "epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanidades", com o objetivo de promover "uma reconceitualização do pluralismo e das condições de subalternidade dentro de sociedades plurais" (Grupo Latino-americano de Estudios Subalternos, 1995, n. p.).

Posteriormente, um novo coletivo acadêmico foi estabelecido, denominado originalmente como Grupo Modernidade/Colonialidade e atualmente reconhecido como Colonialidade/Modernidade/Decolonialidade (CMD), em resposta à crítica, principalmente advinda de Walter Mignolo, de que o grupo anterior não havia rompido de maneira suficiente com as influências eurocêntricas (Aguiar, 2016).

O CMD se distingue por sua orientação principal, que consiste em uma reflexão contínua sobre a realidade cultural e política da América Latina, englobando a consideração do conhecimento subalternizado das comunidades locais (Escobar, 2003). Um dos principais aspectos de crítica abordados pelo CMD diz respeito aos conceitos de periferia e subdesenvolvimento, uma vez que tais categorias frequentemente serviram para justificar, em certa medida, a subordinação dos Estados-nação pós-coloniais durante os séculos XIX e XX. Conforme delineado por Escobar (2003), estamos diante de um movimento teórico-metodológico que deu origem à escola de pensamento latino-americana conhecida como Estudos Decoloniais, frequentemente também referida como Giro Decolonial (Balestrin, 2013). Esse movimento se distingue por sua discordância com a simples "espelhação" das respostas asiáticas ao colonialismo latino-americano, reconhecendo uma trajetória de dominação e resistência própria e singular nesta região.

Como intenta o movimento giro decolonial, se faz fundamental despertar nos espaços de debate, temas caros quando se trata de América Latina como descolonização, autonomia e plurinacionalidade, retomando os estudos do processo de dominação e reprodução do subdesenvolvimento, recusando o

européismo e dependentismo intelectual que permeiam a comunidade acadêmica hegemônica. Para contribuir na explicação e superação desse colonialismo foi que pautamos os debates com os autores aqui enunciados, com reflexos na cultura e na política. (Aguiar, 2016, p. 286).

Castro-Gómez (2000) alega que o decolonialismo argumenta que a colonização não foi apenas um evento histórico que terminou no século XX, mas um processo contínuo que molda a forma como o mundo é organizado. O movimento busca desafiar as narrativas históricas dominantes que justificam a colonização e o colonialismo.

O decolonialismo é uma corrente de pensamento que busca libertar a produção de conhecimento da epistemologia eurocêntrica, que impôs uma visão de mundo hegemônica e universalista sobre os povos colonizados. Segundo Santos (2010), o decolonialismo questiona a lógica da modernidade ocidental, que se fundamenta na colonialidade do poder, ou seja, na exploração, dominação e discriminação de outras formas de existir e saber. Além disso, o decolonialismo propõe uma ruptura com a matriz colonial e uma valorização das epistemologias subalternas, que foram silenciadas e marginalizadas pelo projeto civilizatório europeu.

O decolonialismo é um movimento heterogêneo que inclui diferentes perspectivas e abordagens. No entanto, tal movimento compartilha alguns princípios comuns, como:

O reconhecimento da continuidade do colonialismo: O decolonialismo argumenta que o colonialismo não terminou no século XX, mas continua a existir na forma de estruturas de poder e práticas que marginalizam e excluem os não europeus (Quijano, 2005; Mignolo, 2005).

A crítica às narrativas históricas dominantes: O decolonialismo critica as narrativas históricas dominantes que justificam a colonização e o colonialismo, com o propósito de construir novas narrativas históricas que reconheçam a violência e a exploração da colonização (Mignolo, 2007; Santos, 2010).

A busca por alternativas ao colonialismo: O decolonialismo busca alternativas ao colonialismo, visando construir um mundo mais justo e equitativo para todos, independentemente de sua origem étnica ou racial (Grosfoguel, 2007; Castro-Gómez, 2010).

O decolonialismo é um movimento importante que busca desconstruir as estruturas de poder colonial que ainda persistem na sociedade contemporânea.

Santos (2010) define o pensamento decolonial como uma perspectiva epistemológica e política que busca superar as hierarquias epistemológicas e ontológicas produzidas pelo colonialismo europeu. Para isso, propõe a descolonização do conhecimento, da educação e da cultura, a fim de construir novas formas de existir e de conhecer que sejam justas e equitativas para todos os povos.

Considerando os apontamentos teóricos e conceitos discutidos acima, pode-se considerar que os aspectos históricos do decolonialismo revelam as lutas, as resistências e as transformações dos povos colonizados diante da dominação europeia. O decolonialismo não é apenas uma crítica ao colonialismo, mas também uma proposta de descolonizar o saber, o poder e o ser. Neste tópico, vimos como o decolonialismo se articula com as teorias pós-coloniais e os movimentos sociais, também vimos alguns exemplos de práticas decoloniais na América Latina. Por fim, refletimos sobre os desafios e as possibilidades de construir um mundo mais plural, justo e democrático a partir de uma perspectiva decolonial.

### 2.1.2 Decolonialismo no campo da Ciência da Informação e Biblioteconomia

A Ciência da Informação é uma área do conhecimento interdisciplinar que se dedica ao estudo dos processos e fenômenos relacionados à informação, desde sua geração até seu uso, passando por sua organização, armazenamento e recuperação (Saracevic, 1996). Essa área surgiu no século XX, como resultado da convergência de conhecimentos provenientes da Biblioteconomia, da Documentação e da Computação (Borko, 1968).

Um dos temas centrais na Ciência da Informação é a relação entre a informação e a sociedade. Nesse sentido, alguns autores defendem que o desenvolvimento da sociedade humana foi marcado pelo aumento da produção e do uso da informação, que influenciou as formas de comunicação, de conhecimento e de cultura (Bush, 1945).

A evolução da informação e da sociedade pode ser analisada em diferentes períodos históricos, de acordo com as formas de armazenamento e transmissão da informação, na antiguidade, a informação era armazenada e transmitida de forma oral ou escrita. O surgimento da imprensa, no século XV, permitiu a difusão de conhecimento de forma mais rápida e eficiente. O advento da industrialização, no século XIX, provocou um aumento significativo da produção de informação, o que demandou o desenvolvimento de novas técnicas de organização e recuperação da informação. No

século XX, com o avanço da tecnologia da informação, a informação passou a ser acessível de forma global e em tempo real. Isso possibilitou o armazenamento e o processamento de grandes volumes de informação, o que levou ao surgimento da Ciência da Informação como uma área do conhecimento (Bates, 1999). O conceito de Ciência da Informação solidificou-se no período pós-guerra, concomitantemente com o processo de reconstrução na Europa e o estabelecimento dos Estados Unidos como um ponto de referência paradigmático no contexto ocidental, abarcando uma ampla gama de áreas do conhecimento, incluindo a própria Ciência (Amorim; Alves, 2022). Nos Estados Unidos, o conceito de "documentação" não obteve a mesma aceitação que na Europa Ocidental, e conseqüentemente, entrou em competição com a revitalizada concepção de "Ciência da Informação" impulsionada pelos avanços nos estudos de recuperação da informação (Amorim; Alves, 2022).

É essencial ressaltar uma distinção significativa entre os acontecimentos ocorridos no hemisfério norte e sul, no âmbito de nossa área de interesse. Amorim e Alves (2022, n. p.) inferem:

O Iluminismo na Europa e nos Estados Unidos propiciou a difusão de livros e bibliotecas e, as populações desses locais tiveram acesso massivo à um sistema educacional e cultural, o que possibilitou uma relação e significação das pessoas com o livro, com a biblioteca e com o conhecimento de uma forma distinta do que ocorreu em grande parte do globo.

Até o presente momento, o acesso a recursos literários e tecnologias de informação permanece desafiador, e a aquisição das competências técnicas e culturais necessárias para a apropriação de ideias e participação nos debates públicos locais, nacionais ou internacionais, ainda não está amplamente disseminada (Amorim; Alves, 2022).

No que diz respeito a relação entre Biblioteconomia e Ciência da Informação, Buckland (1991) afirmou que a Biblioteconomia desempenhou um papel fundamental na criação e no desenvolvimento da Ciência da Informação, à medida que as bibliotecas passaram a lidar com uma variedade crescente de formatos de informação e desafios de gerenciamento. Isso destaca a interconexão entre as duas disciplinas e como a evolução da Biblioteconomia influenciou a formação da Ciência da Informação.

A Biblioteconomia é uma área com raízes profundas, como afirmado por Lancaster (2003), que observa que a Biblioteconomia remonta a tempos antigos, onde bibliotecários, ainda que de forma rudimentar, já organizavam e preservavam materiais

escritos para fins de referência e uso público. Essa longa história demonstra a importância da Biblioteconomia na organização e preservação do conhecimento ao longo dos séculos.

Nos séculos XVII e XVIII, o surgimento das bibliotecas nacionais e públicas, juntamente com o aumento das coleções e da alfabetização na Europa Ocidental, trouxeram uma renovação de interesse nos desafios relacionados às bibliotecas e sua relação com livros e leitores. Ranganathan (1931), destaca o papel essencial das bibliotecas como templos do saber e enfatiza a importância de tornar a informação acessível ao público. Ele observa que as bibliotecas desempenham um papel crucial na disseminação do conhecimento e na promoção da educação, uma ideia que influenciou o desenvolvimento das bibliotecas como instituições educacionais e culturais.

Um dos principais tópicos debatidos nesse período foi a organização dos catálogos de bibliotecas, especificamente se deveriam ser organizados de forma alfabética ou sistemática por assunto, posteriormente, essa questão de organização também afetou a própria disposição dos livros na coleção, em ambos os casos, a classificação por assunto se tornou a abordagem mais amplamente adotada (Amorim; Alves, 2022).

Com as complexidades envolvendo o ambiente das bibliotecas, a Biblioteconomia se distinguiu da Bibliografia, assumindo responsabilidades relacionadas à gestão da instituição, seu acervo e seus frequentadores. As diferenças entre essas duas áreas cresceram tanto que, no final do século XIX, a Biblioteconomia se destacou como a disciplina primordial (Amorim; Alves, 2022).

Com a Revolução Francesa de 1789, a biblioteca adquiriu uma nova significância sob os princípios iluministas, que a consideravam como um instrumento de emancipação cidadã, visando o progresso humano através da razão em busca da verdade (Silva *et al.*, 2019). Até aquele momento, as bibliotecas muitas vezes tinham acesso restrito e seu foco era principalmente a preservação dos livros.

De fato, o Iluminismo abriu as portas das bibliotecas a um público mais amplo, mas é crucial uma análise crítica da imagem que esse período solidificou em torno dos conceitos de "cidadão", "razão" e "verdade", conceitos que, originalmente, estavam intrinsecamente ligados ao contexto europeu e não se ajustam facilmente a outro sistema de conhecimento. A concepção moderna de "cidadão" se consolidou no século XVIII e se referia a pessoas instruídas que participavam de círculos privilegiados e debatiam questões de interesse coletivo, esses debates pressupunham que os cidadãos deveriam se informar por meio de textos escritos para então participar de discussões e votações (Amorim; Alves, 2022). No entanto, no século XX, essa noção passou por uma crise

devido às críticas e demandas de grupos minoritários, como mulheres, pessoas negras, trabalhadores e camponeses, essa evolução lenta ampliou a esfera pública e, conseqüentemente, a participação democrática (Canclini, 1995).

Ao analisar a evolução histórica da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, é possível identificar que os seus desenvolvimentos foram predominantemente moldados no contexto europeu e norte americano.

Nessas regiões, essas disciplinas foram concebidas com base em uma estrutura epistemológica, teórica e prática que se adaptou às circunstâncias específicas dos países colonizadores e/ou imperialistas. É fundamental ressaltar uma distinção fundamental: enquanto nas nações economicamente privilegiadas do norte global ocidental ocorreu uma exploração econômica e, conseqüentemente, uma vantagem social derivada da apropriação de recursos das colônias, quer seja por meio da colonização tradicional ou do imperialismo, resultando em uma dominação cultural, política e jurídica, nas antigas colônias a situação era notoriamente distinta.

Em numerosos países do hemisfério sul, a disponibilidade limitada de educação, informação e cultura era uma realidade. Adicionalmente, é relevante destacar que essa condição de privação nas populações do sul, em grande medida, perpetuou uma relação de dominação distinta, onde uma elite local detinha o poder sobre o restante da população, mantendo-a à margem do cenário político e em uma posição de subalternidade (Amorim; Alves, 2022).

Nesse contexto, é importante reconhecer que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação estão intrinsecamente ligadas à lógica da colonialidade. Portanto, a produção e a regulação da informação desempenham um papel fundamental no fortalecimento de estruturas sociais fundamentadas na colonialidade (Amorim; Alves, 2022). As noções de colonialidade do poder e do saber, conforme delineadas por Aníbal Quijano, e a colonialidade do ser, conforme articulada por Mignolo, são conceitos que fundamentam essa perspectiva crítica.

Segundo Quijano (2005), a colonialidade do poder é a forma específica de articulação entre capitalismo, racismo e patriarcado que se constituiu na América Latina desde a colonização, se expressa em quatro dimensões: o controle da economia, da autoridade política, da subjetividade e do conhecimento.

A colonialidade do poder implica na imposição de uma classificação racial dos indivíduos, que determina sua posição na estrutura social e econômica. Quijano (2005) propõe uma descolonização do poder, que envolve a recuperação das histórias silenciadas

e dos conhecimentos negados pela colonialidade. Quijano (2005), ao conceituar a colonialidade do saber, aborda a supremacia epistêmica da Europa no âmbito do sistema-mundo moderno, onde a Europa assume a posição central na produção, validação e difusão do conhecimento. Além disso, implica na subordinação dos saberes locais aos saberes europeus, que se apresentam como universais e racionais.

O semiólogo colombiano Walter Mignolo se dedicou a analisar a colonialidade do saber e do ser. Para Mignolo (2008), a colonialidade do saber é o processo pelo qual o conhecimento ocidental se tornou hegemônico e excluiu ou subalternizou outras formas de conhecimento.

A colonialidade do ser é o processo pelo qual os sujeitos colonizados foram desumanizados e inferiorizados pelo discurso colonial. Mignolo (2008) defende uma desobediência epistêmica, que consiste em questionar os pressupostos e as categorias do conhecimento ocidental e em valorizar os saberes situados e plurais dos povos colonizados. O autor também propõe uma opção decolonial, que é uma atitude política e ética de resistência à colonialidade e de afirmação da diversidade cultural e epistêmica.

Conforme observado por Araújo (2014), a Ciência da Informação apresenta uma crítica contundente em relação às disciplinas que tradicionalmente abordam documentos e informações sob uma perspectiva custodial. Entretanto, essa crítica não foi inicialmente capaz de desvincular a disciplina de suas raízes positivistas. A verdadeira dissociação ocorreu apenas no final do século XX, quando os estudos informacionais passaram a se envolver em diálogo com a teoria crítica, adotando abordagens historicistas e hermenêuticas, conforme enfatizado por Capurro (2003).

É evidente que tanto a Biblioteconomia quanto a Ciência da Informação tiveram seu desenvolvimento no contexto europeu e norte-americano. A Biblioteconomia foi influenciada pelos ideais iluministas, enquanto a Ciência da Informação foi moldada pelas competições militares, científicas e econômicas características do século XX. Embora essas disciplinas tenham se expandido para a América Latina, é necessário analisar em que medida esse processo está alinhado com uma perspectiva de colonialismo (Amorim; Alves, 2022).

Nos últimos tópicos foi possível examinar os aspectos históricos do decolonialismo na Ciência da Informação, destacando o desenvolvimento inicial da disciplina no contexto eurocêntrico e norte-americano. Através desse exame, tornou-se evidente que a influência do Iluminismo e a competitividade militar, científica e econômica desempenharam papéis significativos na formação e evolução dessas áreas de

estudo. Além disso, exploramos como essas disciplinas se expandiram para a América Latina, suscitando a necessidade de avaliar até que ponto tal processo está impregnado de perspectivas coloniais.

É crucial reconhecer que a Ciência da Informação desempenha um papel vital na compreensão e na disseminação do conhecimento, e, portanto, tem um impacto profundo nas relações de poder e nas estruturas de dominação. A reflexão sobre os aspectos históricos do decolonialismo na Ciência da Informação nos conduz a uma compreensão mais profunda das complexas dinâmicas envolvidas nessa disciplina, permitindo-nos considerar como a sua evolução e práticas podem ser remodeladas para promover uma abordagem mais equitativa, inclusiva e descolonial no campo.

É fundamental continuar explorando as implicações do decolonialismo na Ciência da Informação, e seu potencial transformador, tendo em vista que o presente trabalho visa explorar identificar, analisar e compreender dimensões e aspectos relacionados às bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira, o mercado editorial e analisar a formação de iniciativas de coleções e acervos especializados em temáticas afro-brasileira, para se ter um panorama maior sobre o assunto discutido e sua importância para a sociedade geral.

## **2.2 Bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira**

A emergência e consolidação de bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira desvelam-se como um fenômeno significativo no contexto da Ciência da Informação, proporcionando uma abordagem crucial para a mitigação das persistências coloniais no domínio do conhecimento. Estas instituições não apenas representam espaços físicos e virtuais dedicados à preservação e disseminação de materiais que destacam as contribuições culturais, históricas e sociais das comunidades africanas e afro-brasileiras, mas também se revelam como uma resposta tangível à necessidade premente de descentralização e descolonização nas práticas informacionais.

As bibliotecas especializadas, inerentes a um contexto institucional específico, compõem-se de um acervo meticulosamente selecionado para atender às demandas da respectiva instituição, incorporando, contudo, obras correlatas ou inter-relacionadas. O propósito primordial dessas bibliotecas reside na agilização do processo de recuperação de informações, buscando abranger integralmente os diversos caminhos de direcionamento informacional. Seus objetivos são derivados da missão e visão das

instituições a que estão vinculadas, sendo sua clientela predominantemente composta por funcionários, pesquisadores e técnicos, caracterizando uma audiência especializada e restrita (Miranda, 2007).

No âmbito acadêmico, as bibliotecas especializadas emergem como catalisadoras do movimento decolonial na Ciência da Informação, oferecendo recursos que, muitas vezes, encontram-se ausentes ou marginalizados nos acervos convencionais. Este papel assume particular relevância quando consideramos que as narrativas históricas e culturais frequentemente subalternizadas, marginalizadas ou simplificadas são centralizadas nas bibliotecas tradicionais. Nesse sentido, as bibliotecas especializadas se configuram como um lócus privilegiado para a desconstrução de paradigmas coloniais presentes nos sistemas de organização da informação e categorização do conhecimento.

As bibliotecas especializadas devem ser levadas em consideração como uma alternativa para o decolonialismo na CI. Essas bibliotecas desempenham um papel fundamental na preservação da memória e da cultura africana e afro-brasileira, bem como na promoção do acesso à informação sobre esse tema.

De acordo com a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), atualmente, existem 159 Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) e grupos afins. Os NEABs constituem núcleos temáticos com a finalidade de oferecer suporte às instituições de ensino superior às quais estão afiliados, especialmente no que tange à implementação das Leis Federais nº 10.639/2003 e 11.645/2008, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais voltadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, respectivamente (Brasil, 2004). Esses núcleos concebem e promovem atividades de ensino, pesquisa e extensão alinhadas à diversidade cultural, étnico-racial, e políticas públicas, contribuindo significativamente no enfrentamento do racismo e das desigualdades sociais (Cardoso; Lima; Pacheco, 2014).

As bibliotecas especializadas em temática africana e afro-brasileira, sejam em formato virtual e/ou físico, têm como propósito fornecer suporte informacional a pesquisadores, professores, acadêmicos, graduados e à comunidade em geral. Essas instituições visam atender à demanda por recursos que permitam a compreensão da história das populações de origem africana e afro-brasileira no contexto nacional.

Dentre as bibliotecas especializadas, destacam-se a Biblioteca de Referência NEAB/UDESC, a Biblioteca CEAQ, Biblioteca do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) e a Biblioteca Oliveira Silveira da Fundação Cultural Palmares (FCP), cada uma

desempenhando um papel distintivo na promoção da pesquisa, educação e disseminação de conhecimento sobre as culturas africanas e afro-brasileiras.

A Biblioteca de Referência NEAB/UDESC, constitui-se como um projeto vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), originou-se como parte de um Programa de Extensão. Seu acervo físico abarca uma diversidade de recursos, incluindo livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, monografias, CDs, DVDs e fontes documentais provenientes de arquivos públicos e privados, disponibilizados para empréstimos (Lima; Cardoso, 2012). Adicionalmente, a biblioteca, por meio de sua página no Facebook, oferece materiais bibliográficos em formato PDF para download, alinhando-se ao propósito de disseminar informações sobre a história, memória, cultura e educação das populações de origem africana em Santa Catarina (Cardoso; Garcês; Lima, 2014).

É relevante destacar que a Biblioteca desenvolve uma Política de Desenvolvimento de Coleções, inicialmente concebida por Miriam Mattos e posteriormente atualizada e renomeada como Política de Gestão de Estoques Informacionais em 2015, pela equipe composta por Graziela dos Santos Lima, Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Amabile Costa, juntamente com o coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Prof. Paulino Cardoso. Esta política, alinhada aos parâmetros estabelecidos por Corrêa (2013), estabelece, entre outros aspectos, a realização de reuniões semestrais com representantes dos docentes responsáveis por disciplinas vinculadas às temáticas africana e afro-brasileira no processo de seleção de materiais para aquisição no acervo.

A Biblioteca CEAO, pertencente ao Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), também disponibiliza um acervo abrangente sobre a temática em questão. Conforme divulgado pelo próprio site da Biblioteca, esta foi pioneira como a primeira biblioteca especializada em estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos do Brasil. Seu acervo engloba variados recursos, tais como livros, periódicos, teses, dissertações, discos (vinil, CD-ROM), filmes, mapas, além de uma hemeroteca contendo recortes de jornais e revistas de circulação nacional e internacional, datados da década de 60 até os dias atuais (CEAO, 2014). A Biblioteca CEAO é reconhecida como referência na temática, buscando disseminar e prover informações relacionadas aos estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos no Brasil, com um catálogo informatizado de livros integrado à base bibliográfica da UFBA. Os usuários dessa unidade de informação são compostos por professores, pesquisadores acadêmicos e a comunidade

em geral (CEAO, 2014). No entanto, vale ressaltar que, na presente pesquisa, não foram encontradas informações concernentes à Política de Gestão e Desenvolvimento do Acervo dessa biblioteca.

A terceira biblioteca está situada no Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) e encontra-se vinculada à Universidade Candido Mendes (UCAM), integrando o Programa de Pós-graduação do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Conforme informações disponíveis no site do Centro de Estudos, esta biblioteca é reconhecida como a maior especializada no Rio de Janeiro no que concerne à temática africana e afro-brasileira. Seu acervo abrange 2000 livros raros, englobando atlas e outras referências documentais, disponíveis para consulta tanto à comunidade universitária quanto à comunidade externa em geral (UCAM, 2017).

A última biblioteca a ser citada é a Biblioteca Oliveira Silveira da Fundação Cultural Palmares (FCP), que durante o governo Bolsonaro (2019-2022) sofreu com a metódica política de enfraquecimento da estrutura institucional nos setores da cultura, do meio ambiente e da proteção dos povos indígenas (Gortázar, 2021). Em 2019, o atual presidente Bolsonaro indicou o jornalista Sérgio Nascimento de Camargo para a presidência da Fundação Cultural Palmares, que provocou diversas controvérsias e levou a um confronto direto com organizações sociais negras. Em 11 de junho de 2021, a FCP divulgou o relatório técnico intitulado "Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares", sob a coordenação de Marco Frenette, o coordenador atual em 2021 do Centro de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC).

O relatório técnico, organizado em seis partes, afirmava a premissa de que o acervo da Fundação Cultural Palmares não cumpre adequadamente sua função, pois está desatualizado e contém documentação que se desvia do escopo institucional (Moura, 2021). Nas palavras do presidente da instituição, durante a apresentação do relatório,

Infelizmente, no lugar de grandiosidade, temos um acervo defasado e brutalmente parcial, uma vez que totalmente engajado nas lutas da esquerda e completamente alheio à realidade do negro brasileiro. É um acervo contrário às finalidades da Instituição. Todas as pessoas de bem ficarão chocadas ao descobrir que uma Instituição mantida com o dinheiro dos impostos, sob o pretexto de defender o negro, abriga, protege e louva um conjunto de obras pautadas pela revolução sexual, pela sexualização de crianças, pela bandidolatria e por um amplo material de estudo das revoluções marxistas e das técnicas de guerrilha. (Frenette, 2021, [n.p.]).

Em 16 de junho de 2021, a Coalizão Negra por Direitos ingressou com uma ação civil pública, solicitando medida cautelar de urgência nas varas cíveis da Justiça Federal, na seção judiciária de São Paulo. O objetivo da ação foi resguardar o acervo cultural da população negra brasileira sob a responsabilidade da Fundação Cultural Palmares.

Em uma decisão conclusiva, o juiz Erik Navarro Wolkart, da 2ª Vara Federal de São Gonçalo, emitiu um parecer favorável à ação popular apresentada por Paulo Henrique Antonio Lima (Moura, 2021).

A Justiça Federal concedeu em janeiro de 2022 sentença definitiva que proibiu a FCP de se desfazer dos livros, mas o Relatório seguiu divulgado nos canais da instituição, dando publicidade à ideia de que seu acervo seria “alheio à realidade do negro brasileiro” (FCP 2021, p. 8).

Em março de 2022, Camargo deixou o cargo, em meio a acusações de assédio moral, discriminação e perseguição ideológica contra funcionários da instituição (Lourenço, 2023).

Com o atual governo Lula a Fundação nomeou um novo presidente, João Jorge Rodrigues, que desde então não mediu esforços para restabelecer a FCP de forma física e moralmente, o atual presidente revogou duas portarias publicadas pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro que dificultavam o reconhecimento dos quilombos no Brasil e vetavam homenagens a negros vivos.

O Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC) concentrou-se na tentativa de revogar a decisão judicial de janeiro de 2022, uma vez que a disseminação das informações sobre a cultura negra é uma das atribuições precípua do CNIRC, porém o departamento não obteve sucesso. A Biblioteca Oliveira Silveira será um dos objetos do estudo de caso deste trabalho, sendo abordada mais à frente.

Conforme observado por Mattos (2008, p. 242), bibliotecas que incorporam materiais relacionados a essa temática em seus acervos buscam ativamente "promover a igualdade e agregar informações que contribuam com o combate à discriminação racial e social, além de contribuir para a preservação dos direitos humanos". Essa função destacada reforça o compromisso dessas instituições na promoção da igualdade e no combate às diversas formas de discriminação.

As bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira surgem como elementos cruciais na construção de uma abordagem decolonial na ciência da informação, promovendo a inclusão de perspectivas africanas e afro-brasileiras, contribuindo para a formação de profissionais da CI com uma visão decolonial e a pesquisa sobre a temática

africana e afro-brasileira. Ao oferecerem acervos ricos e diversificados, promovem a pluralidade de vozes, promovendo a preservação da memória e da cultura negra, fornecem acesso à informação sobre a história, contribuindo também para a formação de uma consciência crítica sobre as relações étnico-raciais, proporcionando uma contraposição à hegemonia do conhecimento historicamente eurocêntrico. Essas instituições não apenas preservam e disseminam a produção intelectual afro-diaspórica, mas também se comprometem a fomentar a igualdade, combater a discriminação racial e social, e preservar os direitos humanos, como observado por Mattos (2008). Dessa forma, as bibliotecas especializadas não apenas abraçam uma missão informacional, mas também desempenham um papel ativo na desconstrução de paradigmas coloniais e na construção de um campo mais inclusivo e equitativo na ciência da informação. Este subcapítulo destaca a importância dessas instituições como agentes de mudança na superação de visões limitadas e na promoção da diversidade, fornecendo uma contribuição vital para uma ciência da informação mais representativa e alinhada com os princípios da justiça social.

### **2.3 Mercado Editorial Decolonial**

A complexa interseção entre a indústria editorial e os princípios fundamentais da descolonização tem emergido como um campo de estudo e prática de crescente relevância em contextos globais. O mercado editorial decolonial representa uma área de investigação que reflete o compromisso de desafiar as estruturas profundamente arraigadas do colonialismo que historicamente moldaram a produção, circulação e consumo de literatura. Este capítulo busca adentrar nesse terreno complexo, identificando os princípios e práticas que orientam a descolonização no âmbito editorial, destacando os desdobramentos históricos, contextuais e teóricos que têm moldado seu desenvolvimento e impacto.

A crescente conscientização sobre a necessidade de reconhecer e amplificar as vozes marginalizadas, a história e as perspectivas culturais que estiveram historicamente sub-representadas na literatura e publicação, tem conduzido a um exame crítico das estruturas de poder inerentes ao mercado editorial global. Este capítulo aborda a emergência de um "mercado editorial decolonial" como uma resposta a essas preocupações, explorando as estratégias adotadas para a promoção da diversidade

literária, acesso equitativo ao conhecimento e o empoderamento das comunidades historicamente subjugadas.

Neste contexto, o presente capítulo visa examinar as principais facetas do mercado editorial decolonial, destacando os movimentos e atores que o impulsionam, as práticas que são adotadas para desafiar os sistemas editoriais convencionais e os desafios enfrentados ao se buscar a descolonização em um ambiente literário e editorial profundamente enraizado em narrativas coloniais. Além disso, busca-se contextualizar a evolução deste mercado, oferecendo percepções sobre sua influência no desenvolvimento da literatura, na promoção da interculturalidade e na contestação das estruturas de poder que perpetuam a colonialidade.

No decorrer deste capítulo, são explorados os aspectos fundamentais e debates atuais relacionados ao mercado editorial decolonial, fornecendo uma base sólida para a compreensão das dinâmicas em jogo e dos caminhos a serem percorridos na busca de um mercado editorial mais inclusivo e democrático.

A literatura negra é uma forma de escrita criada por autores negros, que explora questões relacionadas à comunidade negra. Essa tradição literária tem uma história rica, que remonta ao período da escravidão e se fortalece no século XX com o surgimento e crescimento dos movimentos sociais negros.

Segundo Fonseca (2021), a origem da literatura negra ocorreu na década de 1920 nos Estados Unidos, conhecido como Renascimento Negro Americano. Esse movimento literário, também chamado de Renascimento do Harlem ou Novo Negro, buscou reconectar-se às raízes africanas e denunciar a segregação racial e a luta pelos direitos civis da população negra.

A produção literária do Renascimento Negro Americano inspirou movimentos similares em outros países, como o Negrismo Crioulo em Cuba, o Movimento da Negritude na França e a literatura afro-brasileira.

A literatura negra é uma expressão da identidade e resistência negra. Ela busca dar voz e visibilidade aos negros, além de combater o racismo estrutural e as desigualdades raciais. A contribuição dessa forma de escrita é fundamental para a cultura e sociedade, pois ajuda na construção de uma consciência racial crítica e na luta contra o preconceito.

A literatura de origem africana e afro-brasileira possui uma rica trajetória, que tem início durante o período da escravidão no Brasil. Os primeiros registros dessa literatura podem ser encontrados na tradição oral, por meio de lendas, contos, canções e

poemas. Essas narrativas eram transmitidas verbalmente ao longo das gerações, expressando a cultura e os valores dos africanos escravizados.

No século XIX, com o fim da escravidão, a literatura afro-brasileira também começou a se desenvolver na forma escrita. A preservação e manutenção de uma cultura, incluindo suas manifestações culturais, estão intimamente ligadas à resistência e à persistência ao longo do tempo, em face do processo de apagamento da memória e do legado da comunidade negra (Rodrigues, 2017).

Na experiência diaspórica, os africanos e afro-brasileiros encontraram a necessidade imperativa de instituir uma memória documentada por meio da escrita, uma vez que a sociedade brasileira predominantemente recorria a instrumentos culturais de origem eurocêntrica para disseminar e perpetuar seus valores (Rodrigues, 2017).

Dessa forma, Evaristo (2010, p. 136-137) traz o seguinte:

Apropriar-se de sua história e de sua cultura, reescrevê-la segundo a sua vivência, numa linguagem que possa ser libertadora, é o grande desafio para o escritor afro-brasileiro. Ele escreve, se comunica, através de um sistema que veio aprisioná-lo também, enquanto código representativo de uma realização linguística da cultura hegemônica.

Em grande parte, as obras literárias produzidas por autores negros em nosso país resultam de esforços empreendidos por esses agentes, tanto dentro como fora do âmbito editorial convencional. Isso ocorre principalmente devido à criação de editoras e selos editoriais dedicados a dar espaço a essas produções e permitir sua circulação em contextos específicos. Essas estratégias podem ser caracterizadas como "Quilombos Editoriais", uma vez que demonstram um compromisso inequívoco com a disseminação de temas intrinsecamente relacionados à experiência africana e afro-brasileira, juntamente com o propósito explícito de influenciar a transformação do imaginário social dominante (Oliveira, 2018).

Os Quilombos Editoriais ostentam uma clara orientação de independência, com seus autores preferencialmente pertencendo à comunidade negra ou, em alguns casos, incluindo indivíduos não pertencentes à comunidade negra, mas comprometidos com a luta contra todas as formas de racismo. Seu catálogo abrange uma gama de tópicos, com ênfase nas áreas de ciências humanas, cultura, artes e literatura (Oliveira; Rodrigues, 2022). Estas editoras possuem uma clara missão de intervenção de natureza político-intelectual, com o objetivo de fomentar debates e de educar continuamente leitores sensíveis à diversidade em sua expressão mais abrangente. Para além de seu papel como

entidades de publicação, tais iniciativas funcionam como espaços de ação e resistência, atuando como reações deliberadas ao cenário editorial brasileiro, muitas vezes marcado pela ausência de diversidade e representatividade (Oliveira, 2018).

Considerando a prática da escrita como um meio de reivindicação de instrumentos e recursos utilizados para assegurar a preservação e permanência da comunidade negra em um contexto de subalternidade, o conceito de "quilombo" emerge como um veículo de resistência por parte da comunidade negra, estabelecendo uma conexão relevante com a produção literária, os procedimentos editoriais e a formação de redes editoriais com enfoque na comunidade negra (Rodrigues, 2017).

De acordo com Rodrigues (2017) os quilombos editoriais de cunho afro-brasileiro operam por meio de uma variedade de canais de expressão, com destaque para o papel desempenhado pelos jornais de orientação negra em São Paulo no início da década de 1910, as atividades empreendidas pela Frente Negra Brasileira na década de 1930, as iniciativas artísticas do Teatro Experimental do Negro na década de 1940 e as contribuições literárias provenientes do Movimento Negro Unificado desde sua formação. Além disso, incluem-se nesse panorama diversas produções literárias englobadas em antologias e publicações individuais em gêneros literários que abarcam o romance, a poesia, o conto e o teatro.

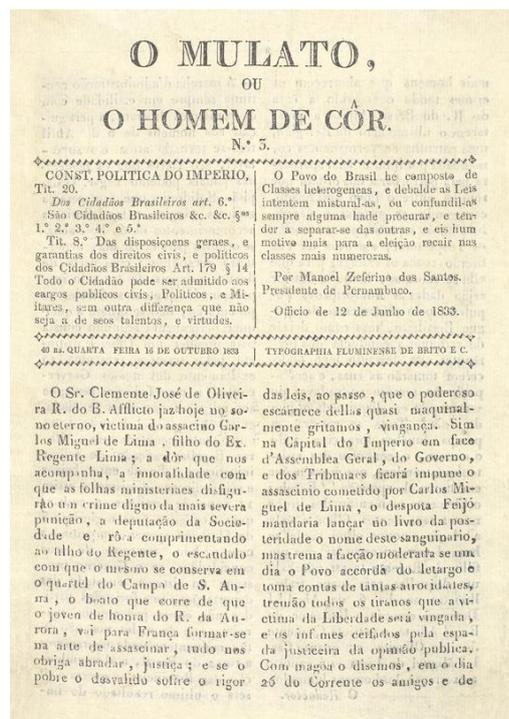
Considerando particularmente os meios de disseminação, uma das primeiras estratégias articuladoras envolveu o emprego da imprensa negra, abrangendo tanto jornais como revistas. Estes veículos não apenas veiculavam conteúdo de natureza jornalística, mas também incorporavam elementos literários, os quais eram elaborados por autores pertencentes à comunidade negra (Rodrigues, 2017). Essas publicações abordavam assuntos inerentes a essa comunidade e tinham como público-alvo a própria comunidade negra. A escolha por esse formato editorial se justificava pelo seu alcance expandido, favorecendo a disseminação dessas informações para um público mais amplo. Para Pinto (2010, p. 20) “a atuação de um razoável número de negros letrados capazes de, em diferentes momentos do século XIX, gerar e absorver as ideias emitidas naqueles jornais, bem como disseminá-las entre os pares iletrados”.

Dado que, de maneira análoga à prática da escrita, a atividade de leitura também era uma prerrogativa seletiva, e visto que a circulação efetiva do texto dependia da expansão das ideias entre um público mais amplo, é crucial compreender que essa ação denota a formação de uma rede de interação social com o propósito de confrontar o racismo por meio da divulgação de concepções e da solidariedade entre aqueles que

compartilhavam uma condição de marginalização. A instituição de tais fóruns, muitos dos quais concebidos por indivíduos autodenominados "homens de cor", não somente desbravou o terreno para a proliferação de novos discursos, mas também estabeleceu um canal de acesso que permitia a integração de autores negros no âmbito da intelectualidade da época, viabilizando a subsequente publicação de suas obras por algumas das casas editoriais preexistentes.

O jornal pioneiro da imprensa negra no Brasil, a publicação satírica conhecida como "O Mulato ou O Homem de Cor," foi estabelecido em 14 de setembro de 1833, sendo impresso nas instalações da Tipografia Fluminense, de propriedade de Paula Brito, um indivíduo negro residente na capital do Império brasileiro. Este jornal questionou de maneira contundente a efetiva concretização das promessas de emancipação e igualdade racial (Pinto, 2005). Tal publicação se caracterizou por seu compromisso com os princípios abolicionistas, constituindo-se como uma das muitas iniciativas que emergiram no decorrer dos séculos XIX e XX, desempenhando um papel significativo na expressão e na promoção dos interesses da comunidade negra.

**Figura 1** – Jornal O Mulato ou O Homem de Cor



Fonte: Observatório da Imprensa (2020).

Notáveis exemplos dessas publicações incluem:

- O Homem de Côr ou O Mulato (1833 - Rio de Janeiro, RJ): Este jornal, que viu a luz do dia no Rio de Janeiro, foi um dos pioneiros na imprensa negra brasileira.
- O Cabrito (1833 - Rio de Janeiro, RJ): Paralelamente ao "O Homem de Côr," "O Cabrito" também contribuiu para a expressão das vozes negras na imprensa da época.
- O Lafuente (1833 - Rio de Janeiro, RJ): Integrando a efervescência da imprensa negra no Rio de Janeiro em 1833, "O Lafuente" representou outra iniciativa relevante.
- O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social (1876 - Recife, PE): Na cidade de Recife, o jornal "O Homem" foi estabelecido em 1876, explorando questões de realidade constitucional e dissolução social.
- A Pátria – Órgam dos Homens de Côr (1889 - São Paulo, SP): Em 1889, a cidade de São Paulo testemunhou a circulação de "A Pátria", um órgão de expressão dos homens negros.
- O Exemplo (1892 - Porto Alegre, RS): A cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, deu início à publicação de "O Exemplo" em 1892, contribuindo para a diversidade da imprensa afro-brasileira.
- O Progresso – Órgam dos Homens de Côr (1899 - São Paulo, SP): No ano de 1899, a cidade de São Paulo viu o surgimento de "O Progresso", que desempenhou um papel destacado como veículo de expressão para a comunidade negra.
- A Vanguarda (1932 - Brasil): Associada à Frente Negra Brasileira, um movimento político que advogava pelos direitos dos negros, "A Vanguarda" foi estabelecida em 1932.
- Quilombo (1970s-1980s - São Paulo, SP): Durante a ditadura militar, a revista "Quilombo" abordou questões raciais e culturais e foi publicada no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.
- Afro-Ásia (1966 - Salvador, BA): A revista "Afro-Ásia", fundada em 1966 em Salvador, Bahia, explorou temas relacionados à diáspora africana e à cultura afro-brasileira.

Estas iniciativas, em número crescente, buscavam abordar as questões e demandas que os meios de comunicação convencionais negligenciavam ou ignoravam (Brandino, [s. d.]).

Tais publicações representam uma amostra da rica e diversificada imprensa negra no Brasil, desempenhando um papel importante na disseminação de ideias, na promoção dos direitos dos negros e na construção da identidade negra no contexto sociopolítico da época.

Cabe destacar que a imprensa negra desempenhou um papel de destaque na história da imprensa brasileira como um todo. De fato, sua influência foi de tal magnitude que a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em si foi fundada por um notável escritor negro, Gustavo de Lacerda, demonstrando, assim, a relevância e impacto significativos da imprensa afro-brasileira na esfera pública e na promoção de narrativas historicamente subalternas.

No decorrer do período da imprensa negra no Brasil, uma série de antologias desempenhou um papel de destaque na difusão das vozes afro-brasileiras e na promoção de ideias relacionadas à igualdade racial. Estas publicações representam coletâneas de textos organizadas com base em critérios de gênero textual, podendo ser de natureza periódica ou não, e têm como objetivo reunir trabalhos de diversos autores que compartilham a produção de literatura afro-brasileira. Além de simplificar o acesso do público leitor a uma ampla gama de autores, essas antologias também desempenham um papel significativo na inclusão e na consolidação de escritores no cenário editorial (Rodrigues, 2017).

No âmbito das antologias literárias afro-brasileiras que se dedicam à crítica literária e ensaística, é possível identificar diversas obras de relevância. Dentre essas obras, destacam-se:

- "Reflexões sobre Literatura Afro-Brasileira" (1985): Esta antologia foi organizada pelo Grupo Quilombhoje e publicada sob os auspícios do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.
- "Criação Crioula: Nu Elefante Branco" (1986): Organizada por Arnaldo Xavier, Miriam Alves e Cuti, esta obra foi publicada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (IMESP).

- "O Negro Escrito: Apontamentos da Presença do Negro na Literatura Brasileira" (1987): Organizado por Oswaldo de Camargo, este trabalho foi editado pela Secretaria de Estado da Cultura.
- "Poéticas Afro-Brasileiras" (2002): Elaborado por Maria do Carmo Lanna Figueiredo e Maria Nazareth Fonseca, este volume foi publicado pela editora Mazza.
- "Brasil Afro-Brasileiro" (2000): Sob a organização de Maria Nazareth Fonseca, esta obra foi lançada pela editora Autêntica.

Essas antologias desempenham um papel crucial na análise e promoção da literatura e cultura afro-brasileira, abordando temas literários e ensaísticos que abrangem a presença negra na literatura e a expressão literária afro-brasileira, contribuindo para a compreensão e valorização dessa rica tradição literária.

No contexto das antologias literárias afro-brasileiras, destacam-se as seguintes obras:

- "Cadernos Negros": Uma antologia que reúne escritoras e escritores negros, esta coletânea é organizada pelo Quilombhoje, com base em São Paulo, e tem sido publicada de forma contínua desde o ano de 1978. A série alterna entre edições dedicadas à prosa e à poesia, em que os volumes pares se concentram na prosa, enquanto os volumes ímpares se voltam para a poesia. Os textos literários presentes nessas edições refletem estéticas com uma perspectiva afrocentrada e afirmativa, destacando a diversidade da experiência negra, registrando sua existência e resistência. Dessa forma, os "Cadernos Negros" desempenham um papel significativo na reivindicação do espaço e na promoção da literatura afro-brasileira (Tanus; Souza, 2022).
- "A Razão da Chama: Antologia de Poetas Negros Brasileiros" (1986): Organizada por Oswaldo de Camargo e editada pela GRD, esta coletânea reúne poesias de autores negros brasileiros.
- "Poesia Negra Brasileira: Antologia" (1992): Organizada por Zilá Bernd e editada pela Age, esta antologia apresenta uma seleção de

poesias de escritores afro-brasileiros.

- "Terra de Palavras" (2004): Esta antologia de contos, organizada por Fernanda Felisberto e editada pela Pallas, destaca narrativas da literatura afro-brasileira.
- "Ogum's Toques Negros: Literatura Negra – Coletânea Poética" (2014): Organizada por Guellwar Adún e publicada pela Ogum's Toques Negros, esta obra reúne uma coletânea de poesias que contribui para a promoção da literatura afro-brasileira.

Essas antologias desempenham um papel fundamental ao proporcionar visibilidade aos autores da literatura afro-brasileira e à sua produção literária. Além disso, auxiliam na cartografia do cenário editorial dessa vertente literária, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada e uma maior valorização dessa rica tradição literária (Rodrigues, 2017).

A literatura negra brasileira, ao longo do século XX, ganhou progressiva força e notoriedade, particularmente a partir da década de 1970, quando começou a receber maior reconhecimento e valorização. Nesse contexto, movimentos literários como o Quilombhoje desempenharam um papel significativo ao buscar dar voz e visibilidade à produção literária afro-brasileira. Esses movimentos representaram um ponto de inflexão, contribuindo para a consolidação e promoção da literatura negra no país, desafiando as limitações históricas e preconceitos que permeavam a indústria editorial.

As editoras especializadas em temática negra e afro-brasileira emergiram como atores essenciais na promoção da literatura e do pensamento crítico que refletem a complexa e rica história, cultura e experiência da população negra no Brasil. Estas editoras desempenham um papel crucial na luta contra a sub-representação de autores negros e a carência de diversidade nas publicações, confrontando o paradigma hegemônico que historicamente negligenciou tais perspectivas.

Nesse contexto, a bibliodiversidade no mercado editorial torna-se de fundamental importância. A bibliodiversidade, que abrange a variedade de vozes, culturas e perspectivas nas publicações, bem como a multiplicidade de editoras e agentes envolvidos no ecossistema literário, assume um papel crítico na promoção de uma sociedade mais igualitária e na preservação da riqueza da diversidade literária (Souza, 2021). A análise da bibliodiversidade, portanto, está intrinsecamente relacionada à discussão sobre a representatividade, inclusão, justiça social e democratização do acesso

ao conhecimento. A busca por ampliar a bibliodiversidade no mercado editorial é, por sua vez, uma resposta às históricas lacunas e desigualdades presentes na indústria editorial e à necessidade premente de valorizar e disseminar as vozes que tradicionalmente foram marginalizadas.

Facchini (2020) evidencia que em 2014, constatou-se que, do total de livros publicados, somente 2,5% dos autores não pertenciam ao grupo racial branco. Além disso, a representação de personagens negros nas obras literárias atingia apenas 6,9%, sendo que a parcela de protagonistas negros se limitava a meros 4,5%. Tais estatísticas se destacam em contraste com os dados demográficos nacionais, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que a população negra compreendia 54% do total no Brasil, no mesmo ano. Paralelamente, uma análise da composição da força de trabalho da indústria do livro sugere uma semelhança notável com esses indicadores, visto que a maioria dos profissionais empregados em editoras e livrarias é composta por indivíduos de ascendência branca. Essas discrepâncias evidenciam desafios significativos relacionados à representatividade racial tanto no setor editorial quanto na produção literária, reforçando a necessidade de abordar questões de diversidade e inclusão no contexto da indústria literária.

Dalcastagnè (2012) apresenta os resultados de uma investigação referente ao panorama literário brasileiro, que abrange um intervalo de 15 anos, compreendendo o período de 1990 a 2004. A pesquisa revela que, durante este período, a esmagadora maioria, correspondente a 72,7% dos autores cujas obras foram publicadas pelas principais editoras, era constituída por indivíduos do gênero masculino. Adicionalmente, identifica-se que 93,9% desses autores eram homens de ascendência branca, e mais de 60% deles residiam nas regiões do eixo Rio-São Paulo. Esta análise ressalta desigualdades significativas em termos de gênero, raça e distribuição regional no que concerne à representação de autores na indústria editorial brasileira.

Os<sup>1</sup> esforços coletivos, incluindo o surgimento de editoras especializadas em temática negra, representam um passo significativo em direção a um panorama literário mais rico, inclusivo e representativo da diversidade da sociedade brasileira. A compreensão da evolução da literatura negra e da promoção da bibliodiversidade no mercado editorial contribui para uma análise crítica das estruturas culturais, sociais e

---

<sup>1</sup> As informações sobre as editoras especializadas na temática negra foram retiradas do portal de literatura Literafro.

políticas contemporâneas, destacando a importância de dar voz às narrativas que enriquecem o panorama literário e o discurso público no Brasil. O propósito dessas editoras reside na publicação de obras de autores negros, na promoção da discussão sobre a cultura afro-brasileira e no estímulo ao interesse pela literatura negra.

Entre as editoras especializadas neste domínio, podemos citar a Quilombhoje (São Paulo), fundada em 1980 por Cuti, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina, Abelardo Rodrigues, e outros membros, surgiu com a finalidade de aprofundar e debater a experiência afro-brasileira na literatura. Sua missão abrange o estímulo ao hábito da leitura, a promoção da difusão de conhecimentos e informações, além do incentivo à realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à literatura e cultura negra. Em 1982, com a entrada de Esmeralda Ribeiro, Márcio Barbosa, Miriam Alves e Oubi Inaê Kibuko, o grupo assumiu a organização dos "Cadernos Negros", cuja edição anteriormente era responsabilidade de Cuti, com apoio de Jamu Minka, sendo seguidamente auxiliados por José Abílio Ferreira e Veral Alves. Ao longo do tempo, o grupo se notabilizou pela consecução desta série literária.

Entre os autores cujas obras foram publicadas pela Quilombhoje, é possível mencionar:

Abelardo Rodrigues, Abílio Ferreira, Ademiro Alves (Sacolinha), Conceição Evaristo, Cristiane Sobral, Esmeralda Ribeiro, Geni Guimarães, Henrique Cunha Jr., Lande Onawale, Lia Vieira (Eliana Vieira), Miriam Alves, Paulo Colina, Ramatis Jacino e Waldemar Euzébio Pereira (Oliveira; Rodrigues, 2016).

Importante ressaltar que o Quilombhoje jamais recebeu financiamento substancial de organizações não governamentais (ONGs) ou do estado, com exceção de eventuais apoios para projetos específicos. Para manter-se, o grupo depende essencialmente da dedicação de seus membros e da colaboração voluntária de indivíduos dispostos a apoiar sua causa.

O trabalho desenvolvido pelo Quilombhoje tem desempenhado um papel significativo no estímulo a outras atividades correlatas. A organização de cursos, seminários e debates sobre literatura afro tem se difundido em diversas faculdades de letras e instituições interessadas nas questões literárias e raciais em várias localidades do Brasil, contribuindo para o avanço e a ampliação das discussões e do conhecimento acerca da literatura e cultura afro-brasileira.

A Mazza Edições (Belo Horizonte), estabelecida em 1981 por Maria Mazarello Rodrigues, uma militante negra e intelectual engajada em questões de caráter social,

político e cultural no contexto brasileiro, destaca-se como uma notável referência no âmbito da publicação de obras relacionadas à cultura afro-brasileira. Sua fundação ocorreu em um momento significativo na história brasileira, quando o país estava imerso no processo de redemocratização, já nos anos finais do regime militar. A formação editorial de Maria Mazarello Rodrigues ocorreu principalmente na prática, refletindo um padrão comum entre muitos editores negros no Brasil.

A Mazza Edições é distintiva em sua abordagem editorial, uma vez que se compromete explicitamente a publicar obras que abordam aspectos da cultura afro-brasileira, desempenhando um papel pioneiro nesse segmento. É fundamental ressaltar que a casa editorial emergiu como uma rara oportunidade de veiculação de discursos que foram silenciados durante os anos da ditadura militar e, posteriormente, ao longo do processo de redemocratização. Nesse sentido, uma de suas principais funções no campo editorial reside na mediação entre autores, obras e público, desempenhando um papel crucial na ampliação e na disseminação de vozes e narrativas anteriormente marginalizadas.

Seu catálogo conta com obras de autores, como Cuti, Edimilson de Almeida Pereira, Leda Maria Martins, Cida Chagas, Lavínia Rocha, Mariana Bracks, Solaine Chioro, Olívia Pilar, Lorrane Fortunato, Rosa Margarida de Carvalho Rocha, Patrícia Santana, Conceição Evaristo, Milton Hatoum, Josué Guimarães, Carolina Maria de Jesus, Cruz e Sousa, Solano Trindade, Conceição Senna, Conceição Evaristo, Itamar Vieira Junior, Djamila Ribeiro, Chimamanda Ngozi Adichie, Toni Morrison, James Baldwin, Audre Lorde, entre outros.

O catálogo da editora Mazza Edições se fundamenta em três princípios centrais, que são compartilhados por seus autores: ética, justiça e liberdade. Essa iniciativa reflete a consciência da editora de seu papel político, que a coloca "nas franjas" do mercado editorial dominado predominantemente pela busca de lucro. Isso não implica que a dimensão financeira seja desconsiderada pela editora, o capital financeiro permanece como um fator determinante, mas o capital simbólico, fundamentado nos valores da editora e refletido nas obras de seus autores, assim como na composição de seu catálogo, desempenha um papel preponderante. Esses valores proporcionam autonomia decisória, que decorre da independência em relação a fontes de receita e a submissões ao grande mercado editorial.

Por um lado, os recursos financeiros próprios ou dos autores podem impor limitações à atuação da editora, mas, por outro lado, garantem sua independência e a posicionam de maneira singular e resistente no campo cultural.

A Nandyala Editora (Belo Horizonte) fundada no início dos anos 2000 por Íris Amâncio e Rosa Margarida, estabelece-se como uma inovadora no âmbito das publicações em língua portuguesa. O termo "nandyala", que se traduz como "nascido em tempo de fome", possivelmente reflete o contexto de sua fundação, caracterizado pelo desejo de promover a difusão do conhecimento sobre a África e sua diáspora. De acordo com informações disponíveis em seu site, a missão da editora é contribuir para o respeito efetivo às diferenças, visando a uma convivência social sustentável na diversidade, um imperativo do século XXI. Sua linha editorial possui um caráter político, mais especificamente na luta contra o racismo e o sexismo, que é mediada através da promoção da leitura em prol do respeito à diversidade.

A editora publica obras de escritores africanos, caribenhos e brasileiros, abrangendo uma ampla gama de tópicos, incluindo biografias, testemunhos, memórias, estudos sobre África (histórias, filosofias e sociedades), relações étnico-raciais, diáspora negra, questões de gênero, artes, performances, religiosidades, literatura infantil, literatura juvenil, literatura afro-brasileira, literaturas africanas, crítica literária, educação, materiais pedagógicos, sustentabilidade e qualidade de vida.

Entre seus autores, destacam-se nomes como Conceição Evaristo, Mirian Alves, Lia Vieira, Maria Elisa Santana, Benjamin Abras, Cidinha da Silva, Anderson Feliciano, Sandra Barroso, Madu Costa, e diversos outros. Além disso, a editora apresenta um rol de escritores africanos de destaque, como Vera Duarte, Paulina Chiziane e Manuel Rui. A seção de crítica cultural é igualmente substancial, incluindo os autores Aimé Césaire, Carlos Moore, Edimilson de Almeida Pereira, Erisvaldo Pereira dos Santos, Amauri Mendes, José Antonio Marçal, Rosa Margarida de Carvalho, Marcos Antônio Alexandre, Édimo de Almeida Pereira e Elzira Divina Perpetua, entre outros.

A editora não recebe apoio financeiro de instituições externas, sendo seu financiamento sustentado por meio de esforços comerciais próprios e ações adicionais, como a oferta de cursos, palestras e consultorias. Nesse contexto, o Instituto Nandyala, fundado na Zona da Mata Mineira em 2011 e atualmente sediado em Belo Horizonte, desempenha um papel relevante na expansão das atividades da editora.

A editora independente Ogum's Toques Negros (Salvador), fundada em 2014 por Mel Adún e Marcus Guellwaar Adún Gonçalves, representa uma contribuição

significativa ao panorama editorial brasileiro. A editora se dedica à publicação de obras de autores negros brasileiros e da diáspora africana, ocupando um espaço que previamente carecia de representatividade. Esta falta de representatividade permeava não apenas as principais livrarias e editoras do Brasil, mas também os programas de ensino literário adotados pelas instituições educacionais.

Além de sua atuação editorial, a Ogum's Toques Negros mantém um coletivo homônimo dedicado a atividades militantes em prol da causa negra no campo cultural. O coletivo não apenas fomenta a produção intelectual, mas também promove a preservação das tradições religiosas, linguísticas e culturais das comunidades negras, fazendo uso de várias expressões artísticas, incluindo o teatro, saraus e oficinas de beleza. A integração entre o coletivo e a editora é fundamental para a sustentabilidade de ambos, uma vez que o coletivo estimula a criação intelectual, enquanto a editora atua como mediadora e espaço de publicação para os autores envolvidos.

Adicionalmente, os fundadores da Ogum's Toques Negros, Mel e Marcus, desenvolvem atividades de militância literária online, através do blog Ogum's Toques Negros. Neste blog, eles publicam não apenas seus próprios poemas, mas também textos de autores como Miriam Alves, Conceição Evaristo, Cristiane Sobral, Mutabaruka, Hamilton Borges, Mel Adún, Guellwaar Adún, Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza, Carlos Moore, Kabengele Munanga, Joel Rufino dos Santos, Nilma Lino Gomes, Renato Ortiz, e muitos outros.

O financiamento da editora é obtido principalmente por meio das vendas de suas publicações e da participação em feiras literárias. No entanto, o Coletivo Ogum's também contribui financeiramente e simbolicamente, promovendo eventos como almoços temáticos para arrecadar fundos e realizando oficinas de teatro, palestras e saraus para a comunidade negra, contribuindo para a conscientização e o fortalecimento da causa.

A Ciclo Contínuo Editorial (São Paulo), fundada por Marciano Ventura em 2009, é uma editora independente dedicada à publicação de obras literárias e pesquisas na área das Humanidades, com ênfase na produção cultural afro-brasileira. Seu catálogo inclui autores renomados como Lino Guedes, Oswaldo de Camargo, Cuti, Fábio Mandingo, Abelardo Rodrigues, Gerson Salvador, Márcio Folha, Ana Paula dos Santos Risos, Angela Teodoro Grillo, Sérgio Ballouk e outros, abrangendo gêneros de literatura afro-brasileira e ensaios. A editora financia suas operações por meio das vendas de livros, atividades da editora e contribuições dos próprios autores. Além disso, promovem eventos

como seminários, encontros com autores e cursos livres, como o evento "Com\_textura Negra," que discute temas relacionados à literatura afro-brasileira desde 2015.

A Malê (Rio de Janeiro) estabelecida em agosto de 2015 por Vagner Amaro e Francisco Jorge, é uma editora e produtora cultural, com uma missão política claramente definida. Seus objetivos fundamentais incluem aumentar a visibilidade de escritores negros contemporâneos, ampliar o acesso às suas obras e desafiar preconceitos sobre indivíduos negros no Brasil. A empresa baseia-se em valores de transparência, qualidade, diversidade e responsabilidade social.

Além de publicar livros, a Malê se compromete com a formação de novos escritores por meio de oficinas de escrita criativa, a organização do Prêmio Malê de Literatura para promover autores e textos vencedores, a realização de eventos literários e a prestação de serviços de assessoria de imprensa aos autores e livros que editam.

A editora se concentra na publicação de textos de literatura de autoria negra brasileira e diaspórica africana, bem como no pensamento de pesquisadores negros. O selo infantil Malê Mirim atende a temas relacionados à cultura e história africana, cultura e história afro-brasileira, indígena, identidade e alteridade. Entre os autores que compõem seu acervo destacam-se Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo, Tom Farias, Meimei Bastos, Cristiane Sobra, Lívia Natália, Sônia Rosa, Fábio Kabral, Muniz Sodré, Martinho da Vila, Rosane Borges e Cuti.

A editora opera sem receber qualquer tipo de apoio externo para suas edições ou atividades. Todo o financiamento necessário é providenciado pelos sócios ou pelos próprios autores. Os editores, por fim, defendem a bibliodiversidade como um meio de democratizar o universo da leitura e proporcionar um acesso mais amplo ao campo dos bens simbólicos.

Como uma iniciativa independente do grande mercado de capital aberto, a Malê equilibra a qualidade do material publicado com a necessidade de gerar recursos financeiros. Embora não esteja sujeita à pressão por grandes volumes de capital e tiragens, a editora mantém um foco na construção de um catálogo de qualidade, considerando a rentabilidade de projetos editoriais no presente para sustentar os projetos futuros.

A Pallas Editora (Rio de Janeiro) fundada por Antônio Carlos Fernandes, em 1975 tendo como missão principal a recuperação e o registro das tradições religiosas, linguísticas e filosóficas dos diversos grupos étnicos africanos que foram continuamente trazidos para o Brasil durante o período escravista. A editora valoriza as expressões afro-brasileiras contemporâneas, considerando-as componentes essenciais da diversidade na

construção da nação brasileira. Por essa razão, busca formar um catálogo abrangente que promova as tradições religiosas, linguísticas e filosóficas dos povos africanos submetidos ao sistema escravista no Brasil.

As escolhas editoriais da Pallas refletem o compromisso e o posicionamento político e ideológico de seus editores. Como uma das pioneiras na publicação de autores negros e na promoção da cultura e tradição negras, a editora oferece um espaço de reflexão sobre temas como afro-brasilidade, organização social e a posição do negro nas complexas relações sociais.

O catálogo da editora reflete esse compromisso e abrange uma ampla variedade de temas, que vão desde a liturgia religiosa à literatura, incluindo disciplinas como antropologia, sociologia, etnografia, livros de referência, cinema e filosofia.

Entre os autores publicados pela Pallas destacam-se figuras tanto no cenário literário nacional quanto africano, tais como Conceição Evaristo, Eliana Alves Cruz, Cidinha da Silva, Nei Lopes, Uelinton Farias, Clarisse Fortunato, Yanê Lopes dos Santos, Paula Tavares (Angola), Ondjaki (Angola), Kangni Alem (Togo), Teresa Cárdenas (Cuba), Léonora Miano (Camarões) e outros.

Além de publicações que destacam o negro, sua cultura, tradições e ancestralidade, a editora também oferece obras relacionadas a temas como tarot, Yoga, cuidados com a saúde, cultura cigana e práticas protetoras consagradas pela sabedoria popular.

A editora demonstra preocupação com a formação de jovens leitores por meio do selo Pallas Mini, que se concentra em produzir um catálogo voltado para o público infantil e juvenil, com o intuito de promover a bibliodiversidade que inclui a literatura negra/afro-brasileira. Este selo já inclui autores de renome, como Sonia Rosa, Janaína Figueiredo e Lázaro Ramos, que publicou três livros sob essa chancela.

A Editora Pallas tem alcançado notável expansão e se destacado no mercado editorial brasileiro, demonstrando a importância de editores que promovem a bibliodiversidade e desafiam as estruturas estabelecidas que historicamente privilegiaram o cânone dominado pelas narrativas de homens brancos.

É importante salientar que as editoras especializadas na literatura negra constituem empresas de pequeno e médio porte, as quais não desfrutam dos mesmos recursos e vantagens disponíveis para os grandes conglomerados editoriais. Estes últimos frequentemente priorizam a busca pelo lucro acima de considerações relativas à

importância social, política e até mesmo cultural no que se refere à ampliação e diversificação de seus catálogos (Tanus; Souza, 2022).

Essas editoras enfrentam obstáculos significativos, incluindo limitações financeiras e dificuldades de distribuição, que podem restringir seu alcance e impacto. Além disso, a busca contínua por financiamento e apoio é uma preocupação constante, uma vez que muitas delas operam de forma independente.

No entanto, as editoras especializadas na literatura negra permanecem como defensores cruciais da diversificação do cenário literário e da promoção de vozes historicamente marginalizadas. Elas continuam a contribuir para a consolidação de um espaço onde a representatividade e a discussão de questões raciais ocupam um lugar central.

### **3. ANÁLISE DAS COLEÇÕES E ACERVOS ESPECIALIZADOS EM TEMÁTICA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: APLICAÇÃO METODOLÓGICA**

Na presente seção será abordada detalhadamente a metodologia imposta na condução da pesquisa, segundo Prodanov e Freitas (2013) a metodologia é “a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 14).

Apresenta as etapas em que a pesquisa foi feita e seus procedimentos. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, pois mescla métodos quantitativos e qualitativos, como a revisão bibliográfica e o estudo de caso. Creswell (2007) define a técnica de métodos mistos como

[...] aquela em que o pesquisador tende a basear as alegações de conhecimento em elementos pragmáticos. [...]Essa técnica emprega estratégias de investigação que envolvem coleta de dados simultânea ou seqüencial para melhor entender os problemas de pesquisa. A coleta de dados também envolve a obtenção tanto de informações numéricas (por exemplo, em instrumentos) como de informações de texto (por exemplo, em entrevistas), de forma que o banco de dados final represente tanto informações quantitativas como qualitativas. (Cresswell, 2007, p. 35).

A aplicação metodológica parte de uma revisão de literatura, de caráter descritivo. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa descritiva consiste

Quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento. (Pronadov; Freitas, 2013, p. 52).

Para atingir os objetivos, foi realizado um estudo de caso, utilizando questionário para obter os dados necessários para análise do acervo e seu planejamento. O questionário é definido como "uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente). O questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados." (Prodanov; Freitas, 2013, p. 108).

O questionário foi elaborado com base no trabalho "Desenvolvimento de coleções" de Vergueiro (1989), com 17 perguntas divididas em assuntos como Seleção, Aquisição, Avaliação, Quantidade, Acesso e Promoção.

### **3.1 Estudo de Caso do Selo/Coleção Maria Firmina dos Reis da Biblioteca Nacional de Brasília**

A Biblioteca Nacional de Brasília (BNB) foi concebida no plano original de Brasília, assinado por Lúcio Costa no final dos anos 50, quando o urbanista projetou a capital federal. Por questões técnicas, a BNB só foi aberta ao público em 12 de dezembro de 2008. O projeto, assinado por Oscar Niemeyer, tem como principal missão democratizar o acesso do público à informação, principalmente para as camadas menos favorecidas da população, com ações que beneficiam o Sistema de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal (Moreira, 2017).

A mesma também possui um formato digital, a Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional de Brasília, ou BNB Digital, é o serviço virtual de disponibilização de obras em formato digital, prezando pela acessibilidade e preservação da informação. O serviço abrange tanto a funcionalidade de repositório institucional quanto de biblioteca digital, apresentando documentos institucionais e literatura variada.

A BNB conta com 21 bibliotecários em seu quadro de funcionários. Esses profissionais são responsáveis pela organização, tratamento e disseminação da informação, com o objetivo de prestar serviço público de qualidade para toda a população de Brasília, entorno e demais interessados em âmbito nacional (SECEC, [s. d.]).

A Secretaria de Cultura do DF lançou em novembro de 2017, mês da consciência negra, o selo comemorativo Maria Firmina dos Reis, com o objetivo de valorizar a produção literária afro e dar uma autenticação especial ao acervo de escritores negros na Biblioteca Nacional de Brasília.

Em homenagem ao centenário de morte da primeira romancista brasileira, que dá nome ao selo, a secretaria também investiu na ampliação do acervo da biblioteca. Um dos destaques da nova coleção é a produção feminina negra na literatura. Entre os títulos que comporão o acervo está o primeiro livro publicado por uma mulher negra no Brasil, *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis em 1859 (Moreira, 2017).

Segundo Moreira (2017), Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís (MA) em 11 de outubro de 1825, a autora foi aos 22 anos de idade, a primeira professora concursada do estado. Sendo também a primeira mulher a publicar um romance no Brasil, o trabalho de Maria Firmina foi um precursor da literatura abolicionista brasileira. Assinado com o pseudônimo “uma maranhense”, *Úrsula* foi lançado em 1859. Também no fim do século 19, fundou a primeira escola mista e gratuita no Maranhão, o que possibilitou que crianças, brancas ou negras, tivessem as mesmas oportunidades de acesso à educação. Atuou como folclorista, ao recolher e preservar textos de literatura oral, e como compositora, é dela o Hino à liberdade dos escravos. Faleceu aos 92 anos, em 1917.

O selo Maria Firmino dos Reis autentica todas as obras de escritores negros e sobre cultura afro-brasileira, no acervo da BNB, não sendo considerada como uma coleção pelos funcionários, pois não tem uma localização exata dentre o acervo, o selo abrange obras de todas as seções da biblioteca, como a COPOG, GEEK, e outras. Porém, de acordo com Vergueiro (1989) o desenvolvimento de coleções possui o ciclo de estudo da comunidade; política de seleção; seleção; aquisição; desbastamento e avaliação, não falando se uma coleção precisa possuir ou não um local único dentre o acervo, sendo assim, o selo pode ser considerado uma coleção especial focada na literatura negra, pois sua realização só foi possível depois de passar pelo ciclo que Vergueiro (1989) menciona.

### 3.1.1 Entrevista

A entrevista possui 17 perguntas, tendo como base a obra de Vergueiro (1989) para sua elaboração, os tópicos principais foram Seleção, Aquisição, Avaliação, Quantidade, Acesso e Promoção. O questionário foi aplicado de forma individual ao

gerente e bibliotecário da Biblioteca Nacional de Brasília, de forma remota por e-mail no dia 01 de novembro de 2023, através do questionário pode-se obter as seguintes respostas:

*1. Como é definida a política de formação da coleção especial focada na temática negra em sua biblioteca?*

Todas as políticas de seleção da Biblioteca Nacional de Brasília são elaboradas por uma comissão de seleção. Elas são elaboradas, primeiramente, de acordo com o tipo de biblioteca, no nosso caso, biblioteca pública, e o que o pode atender o usuário frequentador. Buscamos atender a todos os tipos de público, por isso, nossa política abrange todas as áreas do conhecimento. Apesar disso, o acervo da biblioteca possui foco maior em livros de literatura e histórias em quadrinhos, que são os que mais são emprestados.

*2. Quais são os principais critérios utilizados para selecionar materiais para a coleção? (ex.: relevância, autenticidade, diversidade. Algum tema/assunto que não é selecionado ou é proibido?)*

O principal critério é a característica étnico-racial, similar ao que ocorre no sistema de cotas. A autora ou autor sendo considerado afrodescendente é incluído na coleção do Selo Maria Firmina dos Reis. Caso algum autor doe seu livro e se autodeclare como autor negro, também consideramos e incluímos na coleção. O selo também considera obras cuja temática aborda a cultura afro-brasileira e questões sociais relativas a ela. No entanto, o foco do selo é destacar a produção de autores negros, independente do conteúdo.

Em relação a temas proibidos, não há exatamente este tipo de ação, para que se evite qualquer tipo de censura. A única orientação é que obras que veiculem discurso de ódio e/ou perseguição de qualquer tipo ou a qualquer grupo minoritário, não seja incluído, algo que até o momento não se aplicou à Coleção Maria Firmina dos Reis.

*3. Como a biblioteca se mantém atualizada sobre os novos lançamentos e desenvolvimentos na área de cultura afro-brasileira?*

Historicamente, a BNB compõe seu acervo majoritariamente por doações, pois por questões orçamentárias, compras são inabituais, ou seja, ficamos limitados em relação ao que adquirimos e incluímos em nosso acervo, independentemente do tema. Porém, tanto nas tentativas de compra quanto no processo de seleção de doações, os bibliotecários

responsáveis sempre estão atentos às obras que tratem sobre este assunto, assim como outros assuntos sociais relevantes.

*4. A política de formação da coleção considera a participação da comunidade ou de especialistas na seleção de materiais? Se sim, como isso é realizado?*

A política de desenvolvimento das coleções considera o perfil da biblioteca e de seus usuários, apesar de não realizarem com frequência estudos de usuários. Porém, isso é levado em conta sim. No caso da formação da política, é algo que não sofre influências diretas, pois a política não é mudada constantemente. Deve ser analisada pela comissão responsável para ser atualizada. Contudo, em relação às tentativas de compras, as listas elaboradas levaram em consideração sugestões dos usuários e nas futuras listas (há uma compra pré-aprovada no momento desta entrevista), as sugestões dos usuários são levadas em consideração também.

*5. Como se faz a aquisição dos materiais não compráveis (Literatura Cinzenta)?*

Não possuímos nenhuma diretriz para aquisição de literatura cinzenta, porém não temos nenhuma diretriz que impeça de incluir este tipo de publicação. O único tipo de publicação assim que incluímos é a nossa própria, produzida pela BNB ou pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF (SECEC). Para estes casos, incluímos na BNB Digital, que é nosso acervo digital disponível gratuitamente online. Lá temos nossas políticas e manuais, além de algumas obras produzidas pela SECEC.

*6. Como a biblioteca garante a representatividade e diversidade na coleção, considerando as diferentes perspectivas e abordagens dentro da cultura afro-brasileira?*

Não há uma política muito aprofundada em relação a essas abordagens. Como mencionei, os bibliotecários estão atentos a obras que tratem sobre este assunto, assim como outros assuntos sociais relevantes. Desta forma, podemos dizer que não há algo institucionalizado que demonstre um interesse singular para esses assuntos. Nossa política é mais generalista.

*7. Como vocês lidam com a questão da aquisição de materiais produzidos por autores afro-brasileiros ou de origem afrodescendente?*

Essa questão sempre é lembrada na elaboração de listas de compra ou no processo de seleção de doações. Mas, como mencionado, não há algo em nossa política

que priorize a aquisição destes materiais. Eu diria que a atuação mais evidente e importante que a biblioteca faz é a inclusão destas obras (após a aquisição) na coleção Selo Maria Firmina dos Reis.

*8. A biblioteca promove alguma parceria com instituições, grupos ou indivíduos que possam contribuir para a diversificação da coleção?*

No momento, não há nenhuma parceria específica e permanente neste sentido. Porém, a BNB sempre recebe exposições com esta temática, tanto por demanda espontânea (solicitações externas) quanto por iniciativa da própria biblioteca.

*9. Como a coleção é avaliada e atualizada ao longo do tempo? Existem políticas específicas para descarte ou renovação de materiais?*

Sim, nossa política prevê critérios para desbastamento e descarte de obras do acervo. Alguns dos critérios são: duplicatas em excesso; pouco empréstimo da obra; itens desatualizados; condições físicas (exemplares sem possibilidade de restauro). Geralmente não aplicamos o critério de empréstimos com o Selo Maria Firmina dos Reis, devido à relevância social da coleção.

*10. A biblioteca acompanha tendências e mudanças na cultura afro-brasileira para se adaptar e refletir essas mudanças na coleção?*

Sim, os servidores e gerentes estão atentos a essas mudanças e aos temas da atualidade. Como nossa política é mais generalista, por se tratar de uma biblioteca pública, a atualização da política não se faz necessária, até porque a política preza por obras atuais. Contudo, pode-se dizer que não há uma atenção particular neste tema, considerando também que como bibliotecários temos conhecimentos gerais sobre os assuntos e não nos aprofundamos em nenhum em particular.

*11. Quais desafios vocês enfrentam ao desenvolver a coleção em um contexto de cultura afro-brasileira?*

O maior desafio é estar mais limitado a aquisição através de doações, ou seja, uma limitação orçamentária. Outro desafio é, como mencionado, o fato de não sermos especialistas em temas específicos. Como servidores temos outras atribuições que nos impedem de dedicar mais tempo a este tipo de análise. Porém, sendo uma biblioteca pública e não uma biblioteca especializada (diferente, por exemplo, de uma biblioteca de

um curso de ciências sociais), acredito que não seja muito pertinente que nos dediquemos a uma só área. Este tipo de dedicação poderia enviesar o acervo. Ao mesmo tempo, buscamos fazer nossa parte e possibilitar e contribuir com a maior visibilidade para temas importantes da sociedade, como tem sido com o Selo Maria Firmina dos Reis e também com o selo das Escritoras Brasileiras Contemporâneas, criado para visibilizar e destacar a produção de mulheres escritoras em nosso acervo.

*12. Quantidade de obras do acervo geral e da coleção.*

Selo Maria Firmina dos Reis:

Possui 263 títulos e 333 exemplares.

Acervo Geral:

Possui 35.695 títulos e 52.349 exemplares.

*13. Como a biblioteca promove o acesso à coleção entre a comunidade local e pesquisadores interessados na cultura afro-brasileira?*

O acesso de nosso acervo é livre para consultas. Para realização de empréstimos é necessário a realização de cadastro. Em relação à promoção do acesso no sentido de divulgação, pode-se dizer que está restrito às redes sociais, não havendo uma campanha fora do ambiente das mídias sociais.

*14. Vocês realizam eventos, exposições ou atividades educacionais para destacar a coleção e atrair o público?*

Apenas na ocasião do lançamento do Selo Maria Firmina dos Reis houve uma solenidade, o que gerou destaque maior, inclusive sendo noticiado na mídia.

*15. Quais são os principais objetivos da política de formação e desenvolvimento de coleções da biblioteca?*

O principal objetivo da formação e desenvolvimento desta coleção é valorizar, visibilizar e destacar a produção afro, contribuindo para a diminuição das desigualdades, que sabemos que permeiam a sociedade em todas as áreas, inclusive na produção e divulgação literária.

*16. Há alguma história ou projeto específico relacionado à coleção que você gostaria de compartilhar?*

Apenas que a BNB fez uma conferência em seu acervo para aplicar o selo em obras de autores negros que não haviam sido identificados no início do projeto e que esta verificação será mantida periodicamente.

*17. Como outras bibliotecas ou instituições interessadas na cultura afro-brasileira podem aprender com a experiência de sua biblioteca?*

Acredito que sempre que uma instituição age a favor de minorias, para combater desigualdades sociais e combater discriminações a sociedade melhora. Pequenas ações podem causar impactos inesperados e inspirar outras ações futuras, como foi o caso da criação do selo Escritoras Brasileiras Contemporâneas, que de certa forma foi inspirado pelo selo Maria Firmina dos Reis.

### 3.1.2 Análise e Discussões

De acordo com as respostas obtidas através do questionário, foi possível compreender que a Biblioteca Nacional de Brasília não possui uma política de formação e desenvolvimento de coleções especiais, a coleção Selo Maria Firmina dos Reis foi desenvolvida através da única política de coleções que a biblioteca possui, a mesma é utilizada para todas as coleções da instituição. Foi declarado que os principais desafios encontrados são a limitação orçamentária, fazendo com que a forma de aquisição se dê por meio de doações, pois compras são inabituais e a falta de especialistas sobre o assunto, fazendo com que a coleção não tenha uma frequência em atualizações no acervo, uma promoção adequada para os usuários e um engajamento no acesso à coleção.

A coleção Selo Maria Firmina dos Reis possui 263 títulos e 333 exemplares, o que representa cerca de 0,6% do acervo geral da biblioteca. Esta quantidade é pequena, comparada com a totalidade do acervo geral, porém mesmo se tratando de um número ínfimo, pode ser considerado um avanço significativo, considerando que a biblioteca não possuía nenhuma coleção específica sobre cultura africana e afro-brasileira antes do lançamento do Selo Maria Firmina dos Reis.

O entrevistado enfatiza que a biblioteca não possui nenhum especialista no assunto, por se tratar de bibliotecários que não tiveram em sua formação, ações necessárias para tal tema, e também por se tratar de uma biblioteca pública, em que são

tratados temas diversos, não se faz necessário a especialização em tal temática. Porém, tratando-se justamente de uma instituição pública, faz-se necessário um maior interesse ou inclinação para tal tema, pois a mesma é frequentada por pessoas de diversas etnias, em um país que possui a maioria de sua população negra, sendo assim, uma maior diversificação em seu acervo acaba democratizando as informações e literaturas necessárias. Como acentua Tanus e Souza (2022, n. p.):

É preciso atenção ainda para as intenções e efetivações das escolhas dos bibliotecários na direção de construção de acervos representativos, não sendo uma ação neutra e imparcial deste profissional, toda ação é direcionada e promove efeitos positivos e/ou negativos nos indivíduos e nas sociedades.

### **3.2 Estudo de Caso da Biblioteca Oliveira Silveira da Fundação Cultural Palmares**

No dia 22 de agosto de 1988, o Governo Federal sob comando do atual presidente José Sarney, fundou a Fundação Cultural Palmares (FCP), sob decreto federal, Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, sendo a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Ao longo dos anos, a FCP tem trabalhado para promover uma política cultural igualitária e inclusiva, que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais (Moura, 2021).

A Fundação Cultural Palmares é uma entidade pública brasileira que está vinculada ao Ministério da Cultura e tem como missão fortalecer os preceitos constitucionais de cidadania, identidade, ação e memória dos segmentos étnicos que compõem a sociedade brasileira. Além disso, ela apoia e difunde as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e da Cultura Indígena em todos os níveis de ensino no Brasil.

A biblioteca da FCP foi inaugurada em 20 de novembro de 1998, e passou por uma reinauguração em 2011, sendo denominada "Biblioteca Oliveira Silveira" em homenagem ao professor, poeta e militante do movimento negro, idealizador do Dia da Consciência Negra em conjunto com o Grupo Palmares de Porto Alegre. Ao longo dos anos, a biblioteca enfrentou desafios significativos devido a mudanças de sede e transições administrativas, o que gerou vários processos de reorganização do acervo.

O acervo da Biblioteca da Fundação Cultural Palmares é composto por livros, periódicos, audiovisuais, mapas, CD's e DVD's ligados à Cultura Negra nas áreas de

Literatura Brasileira, Literatura Internacional, História em Quadrinhos (HQ), Literatura Infantil, Cultura, Tradição, Folclore, Biografia, Política, Festas, Sociologia, Filosofia, Antropologia Cultural, Estudos Culturais, Urbanismo, Arquitetura, Artes, Educação, Cinema, Música, Teatro, Dança, Comunicação, Arqueologia, Religião, Teologia, Economia, Engenharia, Turismo, Gastronomia, Arqueologia, História, Geografia, Fotografia, Psicanálise, Obras de Referência e Psicologia, que representam um importante referencial na disseminação de informações qualificadas sobre a temática negra (CNIRC, 2023).

Em 2019, o acervo, incluindo a biblioteca, enfrentou a perda de todo o cadastro existente devido a um ataque hacker. Nos anos seguintes, a instituição foi impedida de realizar qualquer movimentação de seu acervo devido à Ação Popular nº 5006660-67.2021.4.02.5117, proferida pela 2ª Vara Federal de São Gonçalo/RJ. Esta decisão judicial restringiu a entidade de promover qualquer movimentação de seus itens, além de indicar a necessidade de uma reavaliação do destino do acervo por meio de um procedimento mais amplo e inclusivo.

Diante dessa realidade, a Fundação Cultural Palmares promoveu duas Audiências Públicas, realizadas em 9 de agosto de 2023, no auditório Ipê Amarelo do Ministério da Cultura (MinC), e em 18 de outubro de 2023, no Auditório Rômulo Almeida, edifício Celso Furtado, em Brasília. Ambas as audiências foram transmitidas ao vivo pelo canal do YouTube da FCP. Esses eventos visaram proporcionar um espaço inclusivo e democrático para discutir a Política de Gestão e Desenvolvimento do Acervo Bibliográfico da FCP, a qual também foi disponibilizada na plataforma + Brasil, a qual se encontra ainda em período de ajustes (CNIRC, 2023).

### 3.2.1 Análise Documental

O presente tópico tem como objetivo analisar a “Política de Formação, Desenvolvimento e Gestão do Acervo Bibliográfico da Biblioteca da Fundação Cultural Palmares”, que constitui uma investigação aprofundada das diretrizes estratégicas e práticas adotadas para moldar e administrar o acervo bibliográfico da instituição. Este exame detalhado proporciona uma visão abrangente das abordagens e compromissos da FCP no que tange à formação e gestão de sua coleção, especialmente centrada na preservação e disseminação do conhecimento relacionado à herança cultural africana e afro-brasileira.

Ao se aprofundar nos detalhes desta política, é possível identificar os critérios e princípios que orientam as decisões sobre seleção, aquisição e organização do acervo, aspectos como a representatividade de obras, a diversidade de autores e a abordagem de temas relevantes para a cultura africana e afro-brasileira tornam-se elementos-chave de análise. Além disso, a política documenta as estratégias de formação de coleções, delineando como a Fundação Cultural Palmares busca constantemente enriquecer e atualizar seu acervo para atender às demandas culturais e educacionais em evolução.

Tal Política pretende traçar os critérios necessários para a formação e o desenvolvimento do acervo bibliográfico, apontando métodos de trabalho apropriados que fundamentam as decisões do profissional bibliotecário junto com a Comissão Permanente de Formação, Desenvolvimento e Gestão do Acervo (em formação), garantindo assim o crescimento equilibrado, racional e contínuo do acervo, tendo em vista os objetivos institucionais da FCP.

A Seleção de obras é elaborada através de uma lista de fontes de informação ligadas a cultura negra, tais como, bibliografias dos programas e planos de ensino de renomadas universidades do Brasil e exterior; bibliografias gerais e especializadas; catálogos, listas e sites de editoras; diretórios de periódicos eletrônicos de acesso aberto e gratuito; base de dados bibliográficos especializadas na temática; sugestões individuais de usuários, do bibliotecário e da direção da Fundação; outras fontes complementares.

Os critérios para Seleção estabelecem diretrizes para aquisição de livros impressos ou digitais, envolvendo a qualidade e alinhamento com os objetivos institucionais. Deve-se considerar características como adequação ao propósito institucional; acessibilidade do idioma; demanda comprovada por pesquisas registradas; custo acessível; atualidade técnico-científica; quantidade de material sobre o assunto em questão; disponibilidade de acesso e formato; qualidade física do material; relevância técnico-acadêmica; citação em fontes de informação; usuários potenciais; idioma acessível; prevenção de duplicações e avaliação da autoridade; editor e atualidade dos materiais. Esses critérios garantem uma abordagem abrangente e baseada na seleção de documentos para o acervo da biblioteca.

Os critérios para a formação e desenvolvimento de coleções de jornais eletrônicos e impressos pela FCP incluem a consideração da disponibilidade exclusiva do título em versão impressa ou online restrita; classificação no sistema Qualis Capes a partir do nível B2; produção por instituições renomadas nacionais e internacionalmente; relevância histórica atestada por especialistas; indexação em bases científicas; fator de

impacto (se aplicável); continuidade de envio pela instituição publicadora; escassez de material na coleção; falta de fascículos no acervo e demanda proveniente de atividades institucionais.

Para otimização da prática dessa Política será instituída uma Comissão Permanente de Formação, Desenvolvimento e Gestão do acervo através de portaria, que terá a responsabilidade de cumprir e fazer zelar por todas as diretrizes e critérios estabelecidos no documento, os membros da comissão serão: o bibliotecário da instituição; o coordenador-geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC); 01 servidor indicado pelo Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira (DEP); 01 servidor indicado pelo Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro (DPA).

O bibliotecário deverá elaborar a lista desiderata (desejos de aquisições da biblioteca) anualmente, que será apresentada ao coordenador-geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra que se encarregará de aprovar, solicitar alterações ou reprovar a lista de aquisições.

A Aquisição de obras para o acervo é feita por compra, doação que é dividida em 4 categorias, tais como: doação recebida, todo material que chega à biblioteca de forma espontânea; doação solicitada, todo material que foi solicitado pela Fundação; doação incorporadas, todo material que se enquadra nos critérios de seleção pré-estabelecidos e doação não inseridas, todo material que não se enquadra nos critérios de seleção pré-estabelecidos, e intercâmbio/permuta.

A biblioteca da FCP realiza um inventário no seu acervo anualmente e a cada 2 anos, as coleções deverão ser observadas para análise e tomada de decisão, baseado no que dispõe a Política. Sendo feita uma avaliação periódica entre 2 e 3 anos, para conferir se os documentos selecionados e adquiridos anteriormente estão em consonância com os princípios, diretrizes e critérios estabelecidos.

O Desbastamento é realizado em formato de Remanejamento, tendo como critérios: exemplares de livros não utilizados no último ano (12 meses), permanecendo apenas um exemplar de cada título no acervo corrente; fascículos da coleção de periódicos técnico-científicos anteriores aos últimos 05 anos; coleção de periódicos encerrada e sem demanda; edições ultrapassadas e não consultadas de títulos com edição desatualizada.

Já o Descarte do material será realizado após uma avaliação criteriosa das coleções,

levando-se em consideração: conteúdo que não tenham nenhuma relação às áreas de atuação da Fundação Cultural Palmares; obras em línguas inacessíveis; obras não consideradas de valor histórico; obras desatualizadas; obras alheias à temática da instituição; obras reproduzidas; obras em condições físicas irrecuperáveis; obras remanejadas para o depósito em função do desbaste e não consultadas num período de 01 ano; obras não utilizadas (consulta e empréstimo) após o processo de remanejamento e consideradas desatualizadas; obras em duplicidade, com elevada de quantidade de títulos e/ou exemplares e cuja demanda não é expressiva.

A Política de Formação, Desenvolvimento e Gestão do Acervo da Biblioteca da Fundação Cultural Palmares é revisada anualmente por uma equipe nomeada pelo coordenador-geral do Centro Nacional de Informação e Referência em Cultura Negra, visando garantir a atualidade de suas diretrizes, parâmetros e critérios norteadores. Essa revisão poderá ser antecipada se ao longo desse período qualquer um dos seus parâmetros que se revelarem dissociados das realidades dos programas, projetos, atividades de estudos e pesquisa da Biblioteca da Fundação Cultural Palmares.

### 3.2.2 Análise e Discussões

Inicialmente o objetivo deste trabalho era realizar o questionário sobre o acervo da FCP com o bibliotecário responsável, assim como foi feito com a BNB, porém a Fundação encontra-se neste momento sem um bibliotecário, sendo assim não foi possível realizar o levantamento de dados através do questionário, tendo como única opção a realização de análise da política de formação e desenvolvimento de coleções da FCP.

Com a análise da Política de Formação, Desenvolvimento e Gestão do Acervo da Biblioteca da Fundação Cultural Palmares, foi possível depreender que a Fundação possui uma política muito bem definida e alinhada com seus valores e objetivos, tendo em vista a promoção e preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.

Com a limitação acerca da ausência de um bibliotecário, não foi possível obter informações quantitativas, para se comparar os números de obras do acervo geral e da coleção, assim como não se tem informações sobre a divulgação e ações para divulgar o acesso ao acervo. Com isso, a análise realizada não pode ser mais complexa e profunda, tendo muitas perguntas e poucas respostas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade e relevância da Política de Formação de Acervos e Desenvolvimento de Coleções, sob a ótica da Produção Editorial Negra, este trabalho buscou analisar as diretrizes e critérios que norteiam o processo de constituição e progresso de coleções em bibliotecas públicas, levando em consideração a rica diversidade cultural e étnica do Brasil.

A partir da análise bibliográfica sobre o Decolonialismo na Ciência da Informação, foi possível evidenciar que a CI foi historicamente configurada por uma tradição epistemológica eurocêntrica, a qual espelha os valores, as perspectivas e as hierarquias de poder inerentes ao contexto colonial. A influência do colonialismo sobre as práticas e sistemas de informação perdura até a atualidade, e suas consequências continuam evidentes na estruturação, acessibilidade e disseminação do conhecimento.

Ao explorar bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira, assim como o mercado editorial decolonial, evidenciou-se as iniciativas como elementos essenciais na construção de uma abordagem decolonial na CI, desempenhando um papel crucial na promoção da inclusão de perspectivas africanas e afro-brasileiras. Ambas fomentam a multiplicidade de vozes, propiciando a preservação da memória e da cultura negra. Além de viabilizar o acesso à informação concernente à história e cultura negra, constituindo-se como agentes relevantes na formação de uma consciência crítica sobre as relações étnico-raciais.

Os estudos de caso do Selo/Coleção Maria Firmina dos Reis na Biblioteca Nacional de Brasília e da Biblioteca Oliveira Silveira da Fundação Cultural Palmares, forneceram uma visão aprofundada das iniciativas que buscam preservar e disseminar a produção intelectual negra. Mesmo com as limitações orçamentárias e a falta de profissionais especialistas na temática no caso da BNB e a ausência de um bibliotecário no caso da FCP, a iniciativa de ambas as instituições pode ser considerada um grande avanço para toda sociedade, pois essas coleções destacaram a importância do papel das instituições na construção de um ambiente inclusivo e democrático, capaz de refletir a riqueza da cultura africana e afro-brasileira.

O estudo de caso da coleção Maria Firmina dos Reis, tornou-se evidente a discrepância entre número total de obras no acervo geral e o número de obras da coleção,

portanto “[...] é preciso uma política de reparação dada a pouca representatividade de escritores e escritoras africanos e afro-brasileiros, operando, assim, com a decolonização dos acervos das bibliotecas públicas brasileiras.” (Tanus; Souza, 2022, n. p.).

Faz-se necessário promover a discussão, visibilidade e efetiva implementação da Lei 10.639/2003, com o propósito de estimular o aumento dos acervos em bibliotecas. Este esforço visa tanto a descolonização dos currículos quanto a descolonização dos acervos em instituições escolares, públicas, universitárias e nacionais.

Assim, demanda-se uma atuação mais enérgica e eficaz por parte dos profissionais, especialmente no que concerne à formação e ao desenvolvimento dos acervos. Essa seleção deve ser conduzida de maneira racional, fundamentada em avaliações que considerem as demandas sociais, visando atender às comunidades de forma abrangente e plural.

Essa abordagem mais ativa e criteriosa na construção dos acervos permite uma maior sintonia com as necessidades diversificadas das comunidades atendidas, promovendo, assim, uma prestação de serviços bibliotecários mais alinhada com os princípios de equidade e inclusão.

Diante dessa conjuntura, o bibliotecário possui um papel crucial, se posicionando como agente ativo, dotado de uma postura crítica e reflexiva, além de se reconhecer como sujeito político. A idealização de uma sociedade menos injusta é, por si só, um ato político. Nesse contexto, a utilização de avaliações dos serviços torna-se uma ferramenta essencial para a identificação e delineamento das relações de poder subjacentes.

Frente a essa situação, é imperativo compreender que a formação de coleções em bibliotecas não consiste em ações ingênuas desprovidas de intencionalidade; ao contrário, elas representam intenções que acarretam consequências significativas. Portanto, tais ações devem ser conduzidas de maneira reflexiva, visando contribuir para a informação, intrinsecamente relacionada à ação, e para a formação de leitores. Essa informação, no âmbito do sujeito e na construção do leitor, desempenha um papel crucial na formação do ser humano e na consolidação de sua humanidade.

Com base no que foi apresentado, delineiam-se oportunidades para a atuação e transformação, envolvendo a reconsideração de políticas institucionais relacionadas ao desenvolvimento de coleções e à representação da informação. Isso engloba a proposição e atualização de um acervo centrado na perspectiva negra, com ênfase em materiais

produzidos por autores africanos e afro-brasileiros que abordem a temática, com o intuito de fomentar a subversão do padrão colonialista e eurocêntrico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AACR2 - **Anglo-American Cataloguing Rules**. 2022. Disponível em: <http://www.aacr2.org/>. Acesso em: 15 set. 2023.

AGUIAR, J. D. N. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica?. **Estudos de sociologia**, Araraquara, v. 21, n. 41, p. 273-289, 2016.

ALA - American Library Association. **Liberdade intelectual**: questões e recursos. 2017. Disponível em: <https://www.ala.org/advocacy/intfreedom>. Acesso em: 15 set. 2023.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2013. 289 p.

AMORIM, I. S.; ALVES, U. S. Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma perspectiva decolonial. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. Especial, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/40490>. Acesso em: 15 set. 2023.

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014. 200 p.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.

BATES, M. J. The Invisible Substrate of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [S. l.], v. 50, n. 12, p. 1043-1050, 1999.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; Grosfoguel, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. 368 p.

BORKO, H. Information Science: What is it?. **American Documentation**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BRANDINO, L. Literatura negra. **Brasil Escola**, [S. d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/literatura-negra.htm>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação/Secadi. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 10 de março de 2008.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly**, [S. l.], v. 176, n. 1, p. 101-108, 1945.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. 268 p.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da informação. *In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 cd-rom.

CARDOSO, P. J. F.; GARCÊS, F. C.; LIMA, G. S. Biblioteca de Referência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina: avaliação dos empréstimos entre 2008-2013. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, São José, v. 19, n. 1, p. 102-110, 2014.

CARDOSO, P. J. F.; LIMA, G. S.; PACHECO, A. J. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/UDESC): 10 anos de história. *In: SANTANA, M.; COELHO, W. N.; CARDOSO, P. J. F. (org.). O enfrentamento do racismo e preconceito no Brasil: a experiência dos NEAB's*. Itajaí: Casa Aberta, 2014. p. 26-42.

CASTRO-GÓMEZ, S. **Tejidos de la diferencia: una crítica poscolonial a la razón occidental**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2010. 170 p.

CENTRO de Estudos Afro-orientais. **Biblioteca CEAQ**. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2014. Disponível em: <https://sibi.ufba.br/biblioteca-no-centro-de-estudo-afro-oriental-ceao>. Acesso em: 17 out. 2023.

CENTRO de Estudos Afro-Asiáticos. **Biblioteca CEAA**. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<http://www.ucam.edu.br/portal/index.php/centro-de-estudos-afro-asiaticos>. Acesso em: 17 out. 2023.

CENTRO Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC). **Entrevista para TCC sobre o acervo** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <cnirc@palmares.gov.br> em 14 nov. 2023.

CORRÊA, E. C. D. **Gestão de estoques de informação**: novos termos e novas posturas para um novo contexto. São Paulo: Editora FEBAB. 86 p.

COSTA, M. P.; SILVA, J. B. M.; SOUZA, M. G. Elementos essenciais para uma biblioteca digital e sua aplicação na Biblioteca Digital sobre Agricultura Urbana. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [S. l.], n. 83, p. 26-38, 2021.

DALCASTAGNÉ, Regina. **Literatura Brasileira Contemporânea**: um Território Contestado. São Paulo: Editora Horizonte, 2012. 207 p.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 1, p. 58-86, 2003.

FACCHINI, T. A (falta de) diversidade no mercado editorial brasileiro. **PublishNews**, [S.l.], 08 jun. 2020. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2020/06/08/a-falta-de-diversidade-no-mercado-editorial-brasileiro>. Acesso em: 1 set. 2023.

FRENETTE, M. **Relatório Público 01 – CNIRC**. Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2021.

FUNDAÇÃO Cultural Palmares (FCP). **Retrato do Acervo**: A dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019. 2021. 72 p. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/07/retrato-do-acervo-palmares.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

FUNDAÇÃO Cultural Palmares (FCP). **Política de Formação, Desenvolvimento e Gestão do Acervo Bibliográfico da Biblioteca da Fundação Cultural Palmares (FCP)**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2023. 26 p.

GIL, N. L.; ANTUNES, C. P. Formas de exclusão e de presença da população negra na história da escola sul-rio-grandense. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 21, p. e174, 2021.

GORTÁZAR, N. G. Como Bolsonaro dinamita as instituições: o caso da Fundação Palmares. **El País**, São Paulo, 14 set. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-09-18/como-bolsonaro-dinamita-as-instituicoes-o-caso-da-fundacao-palmares.html>. Acesso em: 1 set. 2023.

GROSFOGUEL, R. **Colonialidad/modernidad/descolonialidad**. Un ensayo sobre el origen, el desarrollo y los fundamentos epistémicos del eurocentrismo. Bogotá: Ediciones Tricontinental, 2007. 263 p.

GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS. **Manifiesto inaugural**. [S.l.], 1995. Tradução de Santiago Castro-Gómez. Disponível em: <http://blog.pucp.edu.pe/blog/latravesiadelfantasma/2009/02/08/manifiesto-inaugural-grupo-latinoamericano-de-estudios-subalternos/>. Acesso em: 10 out. 2023.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. (S.d). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_educacao.html](https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao.html). Acesso em: 10 out. 2023.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 452 p.

LEONE, G. #Jornalista: desejo coragem ao herói que nunca existiu. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodaimpresa.com.br/equidade-racial/jornalista-desejo-coragem-ao-heroi-que-nunca-existiu/>. Acesso em: 14 set. 2023.

LIMA, G. S.; CARDOSO, P. J. F. Disseminando a igualdade: um balanço da biblioteca de referência sobre diversidade cultural - BRDC/NEAB/UDESC (2009/2010). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, São José, v. 17, n. 1, p. 105-117, fev. 2012.

LIMA, G. S. *et al.* Africanizando os acervos: política de gestão de acervos para bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 88-103, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1056>. Acesso em: 13 out. 2023.

LOURENÇO, M. Entenda o papel da Fundação Palmares para os quilombos do Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/04/por-que-a-fundacao-palmares-e-importante-para-os-quilombos-do-pais.shtml>. Acesso em: 13 out. 2023.

MATTOS, M. C. C. M. Biblioteca de referência do NEAB: preservando a história e memória dos afro-descendentes em Santa Catarina e no Brasil. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, São José, v. 13, n. 1, p. 239-250, jan. 2008.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, W. D. **La idea de América Latina**. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2005. 242 p.

MIGNOLO, W. D. **Historias locales/diseños globales**. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Ediciones Akal, 2007. 456 p.

MIRANDA, A. C. C. Formação e desenvolvimento de coleções em Biblioteca Especializadas. **Informação e Sociedade: Est.**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./abr., 2007. Disponível em:

<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/463/1468>. Acesso em: 13 out. 2023.

MOREIRA, C. Acervo da Biblioteca Nacional de Brasília ganha mais de 100 livros de autores negros. **Agência Brasília**, Brasília, 26 nov. 2017. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/11/26/acervo-da-biblioteca-nacional-de-brasilia-ganha-mais-de-100-livros-de-autores-negros/>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MOURA, M. A. Racismo estrutural, epistemologia da ignorância e a produtividade do discurso colonial: impactos na manutenção do acervo bibliográfico da fundação cultural palmares. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5789, nov. 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/168661>. Acesso em: 13 out. 2023.

OLIVEIRA, L. H. S.; RODRIGUES, F. C. Panorama editorial da literatura afro-brasileira através dos gêneros romance e conto. **Em Tese**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 90-107, set./dez. 2016.

OLIVEIRA, L. H. S.; RODRIGUES, F. C. **Trajetórias editoriais da literatura de autoria negra brasileira**: poesia, conto, romance e não ficção. Rio de Janeiro: Malê, 2022. 260 p.

OLIVEIRA, V. R. *et al.* Gestão das tecnologias nos serviços de informação em biblioteca digital. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 12, p. 1-9, 2022.

PINTO, A. F. M. **Imprensa negra no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010. 186 p.

PINTO, A. F. Para não esquecer de lembrar: A imprensa negra do Século XIX (1833-1899). **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], n. 09, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20104>. Acesso em: 1 nov. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013. 277p.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to Library Classification**. Bombay: Asia Publishing House, 1967. 640 p.

RANGANATHAN, S. R. **As Cinco Leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009. 336 p.

RODRIGUES, F. C. Quilombos editoriais. **Opiniões**, [S. l.], n. 10, p. 103-111, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/122413>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SANTOS, B. S. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 638 p.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SECRETARIA de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC). **Governo do Distrito Federal**. Biblioteca Nacional de Brasília, Brasília, [S.d.]. Disponível em: <https://www.cultura.df.gov.br/biblioteca-nacional-da-brasilia/>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SILVA, A. B.; RODRIGUES, G. M.; FREIRE, I. M. Decolonialidade e ciência da informação: aproximações e desafios. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 3, p. 7-18, 2018.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. Ciência da informação e paradigma pós-colonial: interrogações epistemológicas e metodológicas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 95-106, 2009.

SILVA, C. A. *et al.* A biblioteca e o interesse público. **Inclusão Social**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 15-36, 2019. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003093268.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2023.

SOUZA, L. V. S. **Bibliodiversidade, publicações independentes e eventos: experiências em Várzea Paulista e região**. 2021. 56 p. Trabalho de conclusão de curso (Curso Superior de Tecnologia em Eventos) - Faculdade de Tecnologia Deputado Ary Fossen, Jundiaí, 2021.

TANUS, G. F.; Souza, G. T. C. Decolonizando os acervos das bibliotecas públicas: formação de coleções de literatura afro-brasileira. **Palavra Chave**, La Plata, v. 12, n. 1, e170, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/18539912e170>. Acesso em: 15 out. 2023.

TAVARES, B. *et al.* Apresentação: “Educação Superior e Transformação Social: Decolonialidade e Igualdade Racial”. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 13, n. 37, p. 4-17, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1259>. Acesso em: 17 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Literafro: o portal da literatura afro-brasileira.

## ANEXO I

### **Roteiro entrevista com bibliotecário da Biblioteca Nacional de Brasília**

1. Como é definida a política de formação da coleção especial focada na temática negra em sua biblioteca?

2. Quais são os principais critérios utilizados para selecionar materiais para a coleção? (ex.: relevância, autenticidade, diversidade. Algum tema/assunto que não é selecionado ou é proibido?)

3. Como a biblioteca se mantém atualizada sobre os novos lançamentos e desenvolvimentos na área de cultura afro-brasileira?

4. A política de formação da coleção considera a participação da comunidade ou de especialistas na seleção de materiais? Se sim, como isso é realizado?

5. Como se faz a aquisição dos materiais não compráveis (Literatura Cinzenta)?

6. Como a biblioteca garante a representatividade e diversidade na coleção, considerando as diferentes perspectivas e abordagens dentro da cultura afro-brasileira?

7. Como vocês lidam com a questão da aquisição de materiais produzidos por autores afro-brasileiros ou de origem afrodescendente?

8. A biblioteca promove alguma parceria com instituições, grupos ou indivíduos que possam contribuir para a diversificação da coleção?

9. Como a coleção é avaliada e atualizada ao longo do tempo? Existem políticas específicas para descarte ou renovação de materiais?

10. A biblioteca acompanha tendências e mudanças na cultura afro-brasileira para se adaptar e refletir essas mudanças na coleção?

11. Quais desafios vocês enfrentam ao desenvolver a coleção em um contexto de cultura afro-brasileira?
12. Quantidade de obras do acervo geral e da coleção.
13. Como a biblioteca promove o acesso à coleção entre a comunidade local e pesquisadores interessados na cultura afro-brasileira?
14. Vocês realizam eventos, exposições ou atividades educacionais para destacar a coleção e atrair o público?
15. Quais são os principais objetivos da política de formação e desenvolvimento de coleções da biblioteca?
16. Há alguma história ou projeto específico relacionado à coleção que você gostaria de compartilhar?
17. Como outras bibliotecas ou instituições interessadas na cultura afro-brasileira podem aprender com a experiência de sua biblioteca?